

**UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL-REI - UFSJ  
NÚCLEO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL**

**A POLÍTICA MUNICIPAL DE TURISMO EM SETE LAGOAS: AVANÇOS E  
DESAFIOS**

**CLAUDIA ELANE DE SOUZA SOARES**

**São João Del Rei  
2018**

**UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL-REI - UFSJ  
NÚCLEO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL**

**A POLÍTICA MUNICIPAL DE TURISMO EM SETE LAGOAS: AVANÇOS E  
DESAFIOS**

**CLAUDIA ELANE DE SOUZA SOARES**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Ciências Administrativas e Contábeis da Universidade Federal de São João Del Rei, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Especialista em Gestão Pública Municipal.

**São João Del Rei  
2018**

**CLAUDIA ELANE DE SOUZA SOARES**

**A POLÍTICA MUNICIPAL DE TURISMO EM SETE LAGOAS SEUS AVANÇOS E  
DESAFIOS**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao Departamento de  
Ciências Administrativas e Contábeis da  
Universidade Federal de São João Del  
Rei, como parte dos requisitos  
necessários à obtenção do título de  
Especialista em Gestão Pública Municipal.

APROVADA EM (DATA POR EXTENSO)

**BANCA EXAMINADORA:**

---

Prof. Daniel Calbino Pinheiro (Orientador)

---

Prof. Renato Vinícius de Oliveira Castro

**São João Del Rei  
2018**

*“O conhecimento e a informação são os recursos estratégicos para o desenvolvimento de qualquer país. Os portadores desses recursos são as pessoas.”*

Peter Drucker

Dedico sempre a Carlos Alberto, marido,  
amigo e companheiro de todas as jornadas  
e à Luísa, filha amada.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradecer a Deus será sempre a máxima em minha vida! Tenho certeza de que “tudo que eu agradecer a ELE será sempre pouco diante de tantas bênçãos derramadas em meu caminho”, na rotina diária e não só nos grandes acontecimentos. Agradeço também a ELE por ter me colocado nessa vida com pais especiais, que estiveram “por aqui” até pouco tempo atrás, Maria e José, que me fizeram acreditar que eu seria capaz de alcançar meus sonhos, com empenho e Fé. A meu marido e a minha filha, Carlos Alberto e Luísa, agradeço muito pelo apoio diuturno. Aos meus irmãos, Meire, Angela, Lena, Marcos e Vinicius, que me veem como uma pessoa muito melhor do que realmente sou. As amigas de verdade do trabalho, Ana Maria, Andréa, Jakeline, Magally e Nathália, que apoiaram e ouviram todas as apreensões sobre prazos e tarefas, quase todos os dias. Ao Professor/Orientador Daniel Calbino Pinheiro, que absorveu minhas idéias e orientou com sensibilidade. Aos companheiros de jornada, Aline, Clara, Deise, Fabiana, Kariny, Luciene, Luiz Fernando, Maria Geralda e Salete, sempre apoiando até que chegássemos a esse momento. Por fim, muito a agradecer aos conselheiros COMTUR, que atenderam o chamado a colaborar e fundamentaram o trabalho em tela.

Obrigada!

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Avaliação quanto a: Aumento da consciência turística .....	35
Gráfico 2 – Avaliação quanto a: Melhoria da qualidade da mão de obra a partir da capacitação profissional .....	36
Gráfico 3 – Avaliação quanto a: Melhoria da gestão turística .....	36
Gráfico 4 – Avaliação quanto a: Melhoria da qualidade de vida .....	37
Gráfico 5 – Avaliação quanto a: Melhoria da qualidade do turismo .....	38
Gráfico 6 – Avaliação quanto a: Valorização e preservação do patrimônio ambiental e histórico .....	38
Gráfico 7 – Avaliação quanto a: Aumento de oportunidade de negócios .....	39
Gráfico 8 – Avaliação quanto a variável: Acessos ao Município .....	40
Gráfico 9 – Avaliação quanto a variável: Acessos aos atrativos .....	40
Gráfico 10 – Avaliação quanto a variável: Qualidade ambiental dos atrativos .....	41
Gráfico 11 – Avaliação quanto a variável: Infraestrutura nos atrativos .....	42
Gráfico 12 – Avaliação quanto a variável: Serviços de alimentação no município ..	42
Gráfico 13 – Avaliação quanto a variável: Informações .....	43
Gráfico 14 – Avaliação quanto a variável: Hospitalidade .....	43
Gráfico 15 – Avaliação quanto a variável: Atendimento .....	44
Gráfico 16 – Avaliação quanto a variável: Preços .....	45
Gráfico 17 – Avaliação quanto a variável: Limpeza .....	45
Gráfico 18 – Avaliação quanto a variável: Sinalização Turística .....	46
Gráfico 19 – Avaliação quanto a variável: Segurança .....	46
Gráfico 20 – Avaliação quanto a variável: Entretenimento .....	47
Gráfico 21– Avaliação quanto a variável: Estrutura administrativa pública para a gestão do turismo.....	47

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1</b> – Distribuição dos entrevistados por gênero .....	28
<b>Tabela 2</b> – Distribuição dos entrevistados por período de participação .....	28
<b>Tabela 3</b> – Distribuição dos entrevistados por naturalidade .....	29
<b>Tabela 4</b> – Representação no COMTUR e outros conselhos .....	29
<b>Tabela 5</b> – Participou do processo de elaboração do PDTur? .....	31
<b>Tabela 6</b> – Participação na construção de políticas públicas .....	31

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

ACTG Associação do Circuito Turístico das Grutas  
COMTUR Conselho Municipal de Turismo  
FUMTUR Fundo Municipal de Turismo  
MNEGRM Monumento Natural Estadual Gruta Rei do Mato  
MTur Ministério do Turismo  
OMT Organização Mundial de Turismo  
PDTur Plano Municipal de Desenvolvimento Turístico  
PMT Política Municipal de Turismo  
PMSL Prefeitura Municipal de Sete Lagoas  
SETUR Secretaria de Estado de Turismo

## RESUMO

Avaliar a execução das políticas públicas torna-se cada vez mais necessário, em função dos recursos escassos e a amplitude das ações demandadas pela sociedade. Nesse contexto propôs-se neste trabalho investigar se a Política Municipal para o Turismo - PMT, no Município de Sete Lagoas, vem gerando impactos positivos e quais os seus desafios para o desenvolvimento da atividade turística da cidade, pela perspectiva dos Conselheiros do Conselho Municipal de Turismo – COMTUR, uma vez que é o órgão de controle social para a atividade turística. Observa-se que há legislação específica vigente, bem como está consolidado o tripé que sustenta essa política pública, por meio de um Plano Municipal de Desenvolvimento Turístico - PDTur, o Fundo Municipal de Turismo - FUMTUR e o COMTUR. Nesse ambiente foi proposto um Estudo de caso, de forma a analisar a execução da PMT, fundamentado no tripé acima citado. Observando a necessária participação de conselheiros COMTUR, foram selecionados, conselheiros da gestão atual e ex-conselheiros, esses últimos com participação no processo de construção do PDTur, que responderam as questões apresentadas em entrevista, por formulário semi-estruturado. Com os dados da pesquisa, observa-se que ainda há fragilidade na efetividade e resultados eficazes de desenvolvimento da atividade turística, com benefícios reais para a cidade, no contexto econômico e ambiental e para a sociedade como um todo. Destacados os desafios em assegurar receitas próprias para execução da política municipal de turismo, bem como foco e vontade política para que a atividade, de fato, possa contribuir com a economia local. Dito isso, a missão do COMTUR é de realmente cumprir a função deliberativa, orientando o órgão executivo da área de turismo no caminho a seguir, na linha do que regem os governos Federal e Estadual para o segmento turismo.

Palavras chave: Política Pública de Turismo; Conselho Municipal de Turismo; e Efetividade da Política Pública.

## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO .....	11
2 O CONTEXTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO.....	13
2.1 POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO .....	13
2.2 ÓRGÃOS PÚBLICOS ESTRUTURADORES .....	14
2.3 CONSELHOS MUNICIPAIS E O CONTROLE SOCIAL .....	15
3 PLANEJAMENTO COMO FERRAMENTA PARA EXECUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS .....	17
3.1 PLANEJAMENTO TURÍSTICO MUNICIPAL .....	18
4 METODOLOGIA.....	21
5 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS .....	23
5.1 O MUNICÍPIO E A ATRATIVIDADE TURÍSTICA .....	23
5.2 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL PARA O TURISMO .....	24
5.3 O TRIPÉ DE APOIO À GESTÃO MUNICIPAL PARA O TURISMO .....	25
5.3.1 O Plano Municipal de Desenvolvimento Turístico – PDTur Sete Lagoas 2012/2020 .....	25
5.3.2 O Fundo Municipal de Turismo – FUMTUR .....	26
5.3.3 O Conselho Municipal de Turismo – COMTUR .....	26
6 ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	28
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	51
REFERÊNCIAS .....	53
APÊNDICE.....	55

# A POLÍTICA MUNICIPAL DE TURISMO EM SETE LAGOAS, AVANÇOS E DESAFIOS

## 1 INTRODUÇÃO

As políticas públicas de turismo no Brasil, alinhadas nas instâncias federal, estadual e municipal, ainda são recentes no país, considerando a estruturação do Ministério do Turismo (MTur), exclusivo para o segmento, em 2003 e o primeiro Plano Nacional de Turismo (PNT), também no mesmo ano, com vigência até 2007 (BRASIL, 2003). A estruturação do MTur norteou as diretrizes para a atividade turística nas esferas estadual e municipal, enquanto política pública com marco regulatório para o planejamento da atividade, por meio do PNT. Na sequência, o MTur vem gerando histórico de planos, com as edições subsequentes de 2007/2010, 2013/2016 e por último, a atualização pelo PNT 2018/2022, lançado recentemente.

Em Sete Lagoas a legislação que pauta a Política Municipal de Turismo data de 2010 e o Plano Municipal de Desenvolvimento Turístico do ano 2012, sendo esse último com vigência até 2020. A elaboração do Plano Municipal de Desenvolvimento Turístico de Sete Lagoas, 2012/2020 (PDTur), vem de encontro a esse alinhamento entre as políticas públicas editadas pelos governos federal e estadual, com foco em gerar resultados a partir de unidade nacional na regulação do tema (SETE LAGOAS, 2012).

É nesse sentido que o presente trabalho tem por questão compreender: qual a efetividade da política municipal de turismo, sob a ótica dos conselheiros do Conselho Municipal de Turismo (COMTUR), enquanto órgão de controle social dessa política pública?

Como objetivo geral propõe-se investigar se a política pública municipal para o turismo vem gerando impactos positivos e quais os desafios para o desenvolvimento da atividade turística na cidade, na perspectiva dos conselheiros do COMTUR. Complementado pelos objetivos específicos:

- Avaliar a execução da legislação vigente da Política Pública Municipal de Turismo;
- Investigar a percepção dos conselheiros COMTUR com relação à execução dessa Política Pública Municipal;

- Investigar se essa Política Pública Municipal tem gerado impactos positivos para o desenvolvimento da cidade.

O estudo justifica-se, portanto, na medida em que as políticas públicas em execução devem ser mensuradas e avaliadas, de modo a orientar ou retroalimentar o processo de execução, sendo um dos meios identificados, para esse fim, a investigação junto ao órgão de controle social dessa política pública que é o COMTUR. A saber, a percepção dos conselheiros, uma vez que esse é o órgão vinculado à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo (SMDET), do Município de Sete Lagoas, responsável por orientar a secretaria, no contexto da referida política pública de turismo.

Observa-se assim que o estudo contribuirá para se obter informações, bem como, alinhar entre os conselheiros a percepção de cada parte (conselheiro) no contexto do todo (conselho), sobre a efetividade da política pública.

## 2 - O CONTEXTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO

O Marco Legal para as políticas públicas de turismo no Brasil está fundamentado na Constituição Federal, de 1988, no capítulo dos Princípios Gerais da Atividade Econômica”, onde se lê: “A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios promoverão e incentivarão o turismo como fator de desenvolvimento social e econômico” (BRASIL, 1999, p.110).

Com essa premissa, de modo a promover e incentivar a atividade turística, o Estado Brasileiro — nas esferas federal, estadual e municipal —, estruturou órgãos com competências para esse fim. A partir da Administração Pública se seguem as orientações e diretrizes, tendo em vista que essa “*significa a totalidade de serviços e entidades ligadas ao Estado*” (apud JUNQUILHO, 2010, p. 27). Nesse contexto, se insere ainda o controle social junto aos órgãos públicos e execução das políticas públicas.

Com o exposto, trata-se neste capítulo das políticas públicas de turismo, das estruturas de gestão pública e do controle social na execução das ações definidas.

### 2.1 - POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO

A atividade turística é uma área dentre os diversificados setores da economia, a Organização Mundial de Turismo, (apud BRASIL 2009, p.47), que é órgão Ligado às Nações Unidas, define que:

o turismo compreende as atividades que realizam as pessoas durante suas viagens estadas em lugares diferentes ao seu entorno habitual por um período consecutivo inferior a um ano, com finalidade de lazer, negócios ou outras.

Essas atividades movimentam a economia das localidades em que se desenvolvem e carecem de normatização, de modo a atender as necessidades do indivíduo, viajante, turista, bem como para que a atividade seja sustentável, nos aspectos sociais, econômicos e ambientais, de modo a identificar e potencializar os pontos favoráveis no equilíbrio da atividade e do ambiente.

Nessa busca do equilíbrio e de resultados positivos observa-se que:

(...) é preciso que existam políticas públicas responsáveis de turismo e que essas se articulem com as políticas privadas ou institucionais de grupos também interessados no desenvolvimento harmônico, consistente, realizado com ética e sustentabilidade. É preciso que o capital seja contemplado em sua maior abrangência, não apenas o capital econômico e intelectual, mas também o capital humano e social. (BRASIL, 2009, p.62)

Tem-se nesse apontamento do MTur a necessidade de que todas as variáveis, sejam ambientais, políticas, atores públicos e privados sejam observadas de modo a garantir o desenvolvimento da atividade na perfeita denominação de turismo sustentável.

A normatização e planejamento das políticas públicas de turismo requerem do Estado organização e estruturação de órgãos e equipes com conhecimentos técnicos dessa agenda.

## **2.2 - ÓRGÃOS PÚBLICOS ESTRUTURADORES**

No contexto das políticas públicas de turismo, o primeiro Plano Nacional de Turismo (2007/2010) preconizou a descentralização dessa política pública,

Quando orientou a estruturação de ambientes de organização, a partir do núcleo estratégico constituído pelo Ministério do Turismo, o Conselho Nacional de Turismo – CNT e o Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo. Completam esse modelo de gestão institucional e empresarial para o turismo nacional os Fóruns e Conselhos Estaduais de Turismo das 27 Unidades da Federação, as Instâncias Regionais e Macroregionais de Desenvolvimento do Turismo e os municípios Turísticos. (BRASIL, 2007, p.43)

São esses os órgãos públicos estruturadores das políticas públicas de turismo, que nos estados e municípios derivam da mesma orientação, qual seja, uma Secretaria de Turismo e Conselho de Turismo, além das instâncias de Governança Regionais. As secretarias municipais de turismo são órgãos da administração direta nos municípios e os conselhos de turismo exercem a função de controle social. Frente aos órgãos. Frente aos órgãos públicos encontram-se os gestores públicos que são:

O Ministro, secretários estaduais e municipais de turismo, os membros do Conselho Nacional de Turismo, dos conselhos estaduais e municipais, os membros dos fóruns de turismo, e todas as pessoas envolvidas com o tema e que estão relacionadas às instituições públicas de turismo. (BRASIL, 2009, p.148)

A partir da estruturação física e de pessoal nesses órgãos é que as políticas públicas de turismo são planejadas, orientadas, executadas e avaliadas no Brasil. No contexto mundial o Brasil se alinha às premissas da Organização Mundial de Turismo (OMT) enquanto país signatário dessa entidade que é parte das Nações Unidas (ONU) (BRASIL, 2007).

As secretarias municipais de turismo são órgãos da administração direta nos municípios e os conselhos de turismo cumprem a função de controle social, sendo o tema que passamos a seguir.

### **2.3 - CONSELHOS MUNICIPAIS E O CONTROLE SOCIAL**

Controle social compreende a participação de cidadãos, de modo democrático, quando exercem o interesse social fundamentando ações e metas, na formatação de políticas públicas, bem como exercendo o poder de fiscalização e de prestação de contas, pelo Estado, no que se refere ao uso dos recursos públicos (MALMEGRIN, 2014).

É, portanto, a arena para que cidadãos possam exercer o direito de acompanhar, contribuir, fiscalizar as ações executadas pela Administração Pública, uma vez que, lhes é assim garantido na Carta Magna de 1988. Nesse aspecto Malmegrin (2014, p.94) aponta que:

a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, o processo de ampliação da chamada esfera pública foi consolidado por meio do entendimento de que somente com a sociedade mobilizada a democracia participativa pode avançar, e com isso, a instalação e o funcionamento dos comitês e dos plenários por todo o País tornaram-se uma realidade.

Nesse sentido uma das formas de participação democrática e deliberativa se encontra no âmbito dos conselhos, instituídos pelo Estado (MALMEGRIN, 2014), para a autora “os conselhos são instâncias deliberativas constituídas, em cada esfera do Governo, com caráter permanente e composição paritária, isto é, igual número de representantes do Governo e da sociedade civil” (2014, p.93). Para Rua (2012, p.48) são “mecanismos de ação, que inserem na agenda governamental as demandas e os temas de interesse público, para que sejam absorvidos, articulados politicamente e implementados sob a forma de políticas públicas”. Nesse ambiente se promove a discussão sobre prioridades da sociedade que devem ser inseridas na agenda de governo, indicando ações que possam se transformar de demandas em ações de governo, por meio das políticas públicas.

No âmbito dos municípios e da política pública de turismo, o Ministério do Turismo define Conselho Municipal de Turismo (COMTUR) como sendo:

Órgão da Administração Municipal de caráter consultivo e deliberativo que conjuga esforços entre o poder público e sociedade civil, para assessorar o município em questões referentes ao desenvolvimento do turismo. É por meio do COMTUR que a comunidade, representada por seus diversos

segmentos, participa da elaboração do Plano de Desenvolvimento Sustentável do Turismo (BRASIL, 2008, p.152)

Essa contribuição do COMTUR na elaboração do Plano de Desenvolvimento Sustentável do Turismo, consiste em construir um documento, com viabilidade de implementação, pois esse instrumento orienta as ações a serem executadas, com objetivo de alcançar resultados positivos para as localidades. Insere-se assim na área de planejamento, enquanto uma das ferramentas para a execução da política pública. Nesse contexto, no capítulo seguinte passamos ao planejamento da atividade turística, tendo em vista que a construção das ações e metas — indicadas por Malmegrin, no início deste tópico — estarão garantidas nas políticas públicas, quando apontadas nos instrumentos de planejamento.

Sobre o processo de planejamento, que pauta tanto a construção das políticas públicas, com contribuições dos conselhos municipais, quanto o processo de fiscalização exercido pelos mesmos, passa-se a explicar no próximo capítulo.

### 3 - PLANEJAMENTO COMO FERRAMENTA PARA EXECUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

A ação de planejar implica em definição de ações estratégicas que possam apoiar a tomada de decisão pela organização, no momento certo, de modo sistemático, fundamentando ações pontuais, com início, meio e também continuidade (PEREIRA, 2011).

Na mesma linha o MTur define que:

Planejar consiste em determinar os objetivos a alcançar e as ações a serem realizadas em determinado período, compatibilizando-as com os meios disponíveis para sua execução (BRASIL, 2009, p.189).

É importante assim compreender que para planejar há necessidade de diagnóstico fidedigno, uma vez que:

planejar implica ter acesso a informações confiáveis e pertinentes para analisar e decidir acertadamente. A gestão moderna requer que a tomada de decisão seja feita a partir do máximo possível de informações” (BRASIL, 2008, p.161)

Desse modo a tomada de decisão, orientada pelo planejamento contará com maior probabilidade de acertos nas ações. Ocorre assim também com a atividade turística, tendo em vista a consolidação de um destino na percepção do turista e da comunidade local.

Considerando ainda que o “planejamento é a elaboração, por etapas, com bases técnicas, de planos e programas com objetivos definidos” (BRASIL, 2009, p.189), as etapas, consideradas na citação acima, são a Análise do ambiente (externo e interno), Diagnóstico, Prognóstico, Estratégia, Implantação, Avaliação (BRASIL, 2009). Uma vez que para planejar, como já dito, o diagnóstico pautado em informações confiáveis e fidedignas é basilar e corrobora para a previsão acertada e definição de estratégias eficazes no processo de implantação do planejado, é necessária ainda a avaliação durante esse processo, em tempo hábil para corrigir as estratégias — caso seja avaliado dessa forma —, ainda durante a implantação, para que os resultados positivos sejam efetivamente alcançados (BRASIL, 2009).

Ainda com relação a citação acima, os “*planos e programas*” são os instrumentos que especificam e detalham as ações e estratégias, a exemplo dos Planos Nacionais de Turismo, elaborados pelo Ministério do Turismo, com novas edições a cada redesenho de cenário político, econômico ou social.

### 3.1 - PLANEJAMENTO TURÍSTICO MUNICIPAL

A Constituição Federal de 1988 rege no Capítulo IV – Dos Municípios, em seu artigo 30 que “*Compete aos Municípios: I – legislar sobre assuntos de interesse local; II – suplementar a legislação federal e a estadual no que couber (...)*” (BRASIL, 1999, p.37) e é por essa norma constitucional que os Municípios, enquanto entes federados, são responsáveis por normatizar, regular, políticas públicas, como dito, suplementando a legislação federal e estadual, no que couber.

Considerando a pauta planejamento turístico, o MTur indica que “o Plano Diretor de Turismo também pode ser denominado Planejamento Turístico” (BRASIL, 2009, p.129) e complementa com a afirmativa de que:

O Município é o principal protagonista na organização e ordenamento da atividade turística, pois é quem assume a liderança de organizador da atividade e indutor do tipo de turismo que pretende para seu território, explicitando seus objetivos para a comunidade e negociando sua implementação com base nas diretrizes norteadoras do Plano Nacional de Turismo e do Programa de Regionalização (BRASIL, 2009, p.126).

Cabe assim aos municípios legislar e regulamentar a atividade turística no território, orientados pelas diretrizes apontadas pelos governos federal e estadual, sendo instrumentos para essa normatização, em âmbito municipal, o plano municipal de turismo e o Fundo Municipal de Turismo (FUMTUR), todos regidos por legislação municipal sobre o tema turismo.

Sobre o FUMTUR o MTur (2009, p.131) aponta que:

O Município pode criar um fundo municipal de turismo para estimular os investimentos em turismo, a conservação ambiental e de todo o patrimônio histórico e cultural existente (...) A utilização desses recursos deve ser autorizada e indicada pelo Conselho Municipal de Turismo, pois assim a gestão torna-se clara e mais descentralizada, e teoricamente, todos os membros do Município podem opinar de forma direta ou indireta.

Tem-se ainda:

Instituição do Fundo Municipal de Turismo (FUMTUR): criado por lei municipal para subsidiar as ações do Conselho, com o objetivo de concentrar recursos de várias procedências, com vista a promover a consolidação da atividade turística do município (BRASIL, 2008, p.152)

O FUMTUR assim é institucionalizado de modo a assegurar recursos para investimentos de estímulo à atividade turística, seja para capacitação de mão-de-obra, ações de mobilização, sensibilização e conscientização da população, dentre outras ações que competem à Administração Pública Municipal (BRASIL, 2009). Obras de infraestrutura, ações de marketing do destino também exigem recursos

que podem ser assegurados pelo FUMTUR, ratificando o que o MTur orienta quanto a necessária indicação e autorização do Conselho Municipal de Turismo (COMTUR). Essa determinação retoma a discussão anterior sobre o poder de controle social que é delegado ao COMTUR.

Sobre o Plano Municipal de Turismo, também chamado de Plano Diretor do Turismo, Plano Municipal de Desenvolvimento Sustentável Turístico e diversas outras denominações, mas sempre pautados no contexto municipal, o MTur (2009, p.129) indica que esse instrumento é:

um documento que deve ser construído de forma conjunta pelos representantes de diferentes instâncias da cidade. Deve ser aprovado pelo poder público, pois ele será o principal responsável por sua implantação.

O MTur define ainda que o Plano Municipal de Desenvolvimento Sustentável do Turismo é o *“documento que reúne as diretrizes, estratégias e ações para o município desenvolver o turismo de maneira organizada e planejada”* (BRASIL, 2008, p.152)

Diante de todo o exposto nesses dois capítulos iniciais, que referenciam o trabalho em tela, há o entendimento de que o tripé para a execução da política pública de turismo — pelos órgãos oficiais estruturados pelo Estado para esse fim — se dá no contexto do planejamento, estratificado no plano de turismo, do controle social, na figura dos conselhos e de recursos financeiros e nos fundos instituídos. De acordo com a normatização e diretrizes da Política Nacional de Turismo, temos essas mesmas estruturas no âmbito de estados e municípios, sob a necessária ótica de que avaliar a execução da política pública é essencial e pode ser assim realizada no escopo desse tripé acima citado.

Cabe ainda, ao fim desses capítulos, apontar a afirmativa do Mtur (2009, p.153), que diz:

A gestão eficiente e eficaz das políticas públicas do turismo é fundamental para formar uma base ampla e sólida de desenvolvimento sustentável e contínuo, articulando o setor público, o setor privado e a sociedade civil organizada em busca de projetos comuns que garantam uma melhor qualidade nos serviços de viagens e turismo em geral; sustentabilidade econômica, social e ambiental; competitividade em relação aos destinos turísticos, clássicos e inéditos, de um mundo cada vez mais globalizado e, ao mesmo tempo, regionalizado; e inovação constante face às novas tecnologias, sistemas de gestão e conceitos sobre estilos de vida nas sociedades atuais em que o conforto, a segurança, o tempo, o espaço, a exclusividade e o prazer em novas experiências fazem parte do desejo e vivência de inúmeras pessoas.

Nessa concepção de eficiência e eficácia da gestão pública, na fundamentação nos conceitos elencados nos capítulos acima, assevera-se para a necessária avaliação de políticas públicas, que nesse trabalho tem como foco avaliar a execução da política pública municipal de turismo no Município de Sete Lagoas, a partir da visão dos conselheiros COMTUR, constituindo assim o estudo de caso proposto, tendo como instrumento norteador o Plano Municipal de Desenvolvimento Turístico de Sete Lagoas – PDTur Sete Lagoas 2012/2020, qual seja o embasamento que trás o planejamento para política pública em tela e poder de ação do COMTUR na fiscalização de execução da mesma.

#### 4 - METODOLOGIA

Para Zanella (2009, p.61) metodologia é “o caminho que o pesquisador percorre em busca da compreensão da realidade, do fato, do fenômeno”. Complementa afirmando que pode ser tratada como um conjunto de abordagem que envolve método, tipo de pesquisa e conjunto de técnicas que possibilitam coletar e analisar informações.

Em similaridade, para Neto (2017, p.13), “a metodologia da pesquisa é definida a partir do problema formulado”, sendo que para a execução do processo de pesquisa deverão ser consideradas:

(...) a tipologia de pesquisa a ser adotada, indicar detalhadamente como foram definidas, o tipo de amostragem, quem e quantos foram investigados. E ainda, demonstrar quando, quem e como foram coletados os dados junto à amostra selecionada.

Considerando os ensinamentos de Zanella e Neto, que classificam as pesquisas, quanto ao método e forma de abordar o problema, quanto aos objetivos e quanto aos procedimentos adotados na coleta de dados, temos para o estudo em tela:

Quanto a estratégia de pesquisa foi adotado o “estudo de caso”, considerando que Alencar (2003, p.70) ensina que esse estudo está vinculado a uma “abordagem interpretativa” e busca “compreender os significados que os indivíduos atribuem às ações de outros atores”. Considerando ainda que, segundo Zanella (2009, p.86), “é uma forma de pesquisa que aborda com profundidade um ou poucos objetos de pesquisa, por isso tem grande profundidade e pequena amplitude”. Atende a esse estudo, visto que a investigação busca verificar se há efetividade na execução da política pública municipal de turismo, pelo prisma dos conselheiros COMTUR.

Quanto ao método e a forma de abordar o problema, foi definida a “pesquisa qualitativa”, que para Zanella (2009, p.75) pode ser “definida como a que se fundamenta principalmente em análises qualitativas (...) tem por base conhecimentos teórico-empíricos que permitem atribuir-lhe cientificidade.

Quanto aos procedimentos adotados na coleta de dados, na primeira fase, foram utilizadas a “pesquisa bibliográfica”, bem como “pesquisa documental”, sendo que a primeira fundamenta-se no conhecimento disponível em fontes bibliográficas de modo a dominar esse conhecimento e utiliza-lo como modelo teórico, sustentando o problema de pesquisa; já a última, semelhante à bibliográfica,

se utiliza de fontes documentais, de dados secundários e que podem ser encontrados junto à empresa (Zanella, 2009, p.82 e p.83). Retomando as questões apontadas por Neto (2017, p.13) e a execução da pesquisa, na segunda fase, também para coleta de dados, adotou-se a técnica de entrevistas, sendo “um encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto” (LAKATOS; MARCONI, 1991 *apud* ZANELLA, 2009, p.116). A entrevista foi semiestruturada, pois “(...) é a que parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, que interessam à pesquisa (...)” (TRIVIÑOS, 1994, p.146 *apud* CRUZ, 2009, p.110). Esse instrumento foi adotado, visto que a amostra delimitada se encerra junto aos conselheiros COMTUR, enquanto atores investidos no controle social da política pública de turismo, com o entendimento ainda de que “o fator interpretativo inerente ao estudo de caso”, dito por Alencar (2003, p.70), aproxima o pesquisador de seu objeto de estudo, porém “não permite o uso de grandes amostras” (ALENCAR, 2003, p.72), confirmando assim o escopo da amostra selecionada.

Para o processo de entrevistas, foi elaborado um formulário — cujo modelo encontra-se anexo a este documento —, aplicado junto a 18 (dezoito) conselheiros, entre conselheiros atuais e ex-conselheiros, durante a segunda quinzena do mês de julho de 2018, a partir da composição do COMTUR, entre os anos de 2012 a 2018.

Para a análise dos dados, que, com base nas entrevistas semi-estruturadas, propõe-se como técnica a análise de conteúdo, que prevê a pré-análise, que consiste em reunir as informações obtidas nas entrevistas, documentos e anotações, a partir da leitura geral; a análise do material, de modo mais analítico e orientado pelo problema de pesquisa, objetivos e referencial teórico; passando à interpretação dos resultados, em que, com base nos resultados, correlaciona-se o conteúdo com a base teórica (ZANELLA, 2009).

## **5 – DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS**

Este capítulo versará sobre o Estudo de Caso da política pública de turismo no Município de Sete Lagoas, amparado na legislação Municipal da política Municipal de Turismo, sob a Lei N° 7.963/2010 e o Plano de Desenvolvimento Turístico – PDTur Sete Lagoas 2012/2020, sob a ótica dos conselheiros COMTUR.

### **5.1 – O MUNICÍPIO E A ATRATIVIDADE TURÍSTICA**

O Município de Sete lagoas localiza-se na região Centro Leste de Minas Gerais, limita-se com os municípios de Jequitibá, Araçáí, Esmeraldas, Capim Branco, Inhaúma, Paraopeba, Caetanópolis, Prudente de Moraes e Funilândia. A 68Km de distancia da Capital Mineira, Belo Horizonte e em média de 660Km das grandes capitais Brasília/DF, Rio de Janeiro/RJ, São Paulo/SP e Vitória/ES (SETE LAGOAS, 2011). No contexto de região turística, se insere no Circuito Turístico das Grutas, sendo um dos municípios fundadores da Associação do Circuito Turístico das Grutas (ACTG) Instância de Governança Regional certificada pela Secretaria de Estado de Turismo (SETUR MG) e reconhecida pelo MTur, pelo programa de regionalização do turismo (SETE LAGOAS, 2011).

A atratividade turística do município, de acordo com o PDTur, está pautada nos atrativos naturais, culturais, eventos programados e realizações técnicas científicas e artísticas, denso também o turismo de negócios, devido ao grande número de Industrias e a movimentação pelo comércio e prestação de serviços. Sendo atrativos naturais citados no documento a Gruta Rei do Mato, Parque da Cascata e as lagoas Paulino, Boa Vista, José Félix, Cercadinho, Catarina, dentre outras. Atrativos Culturais, o centro Histórico, que reúne a Catedral de Santo Antônio, o Casarão, Centro Cultural Nhô-Quim Drumond e o Museu Histórico e ainda o Museu do Ferroviário, referência em uma das fases de grande desenvolvimento Econômico do Município, em função da ferrovia. Dentre os eventos citados, destaca-se no documento referência da Exposete, feira agropecuária realizada a mais de 50 (cinquenta) anos na cidade.

Como destaque, tem-se a Gruta Rei do Mato, indicada no PDTur como principal atrativo do município. A gruta está inserida na Unidade de Conservação (UC) Monumento Natural Estadual de mesmo nome (MNEGRM), criada em 2009 por lei estadual N° 18.348, porém já aberta a visitação turística desde 1988, quando ainda era uma Área de Proteção Especial Estadual (SETE LAGOAS, 2011). Essa

UC configura a “preocupação com a preservação ambiental do entorno, respeito ao limite de capacidade de carga, manutenção da estrutura de apoio ao visitante local” (SETE LAGOAS, p. 39, 2011). Pela referência desse produto turístico consolidado é que o município se insere na região turística do Circuito das Grutas, junto às grutas de Maquiné, em Cordisburgo, Lapinha, em Lagoa Santa e outros municípios que proporcionam atrativos complementares.

## **5.2 - ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL PARA O TURISMO**

A Prefeitura Municipal de Sete Lagoas instituiu a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo (SMDET) no ano de 2009, a partir da fusão das secretarias municipais de Turismo e a de Indústria, Comércio e Agropecuária, possuindo assim atribuições nos diversos segmentos citados, com orçamento próprio que contempla as 04 (quatro) áreas elencadas. Cabe ressaltar que em 1975 a Administração Pública Municipal já definia estrutura para o segmento turismo, nomeando um Diretor de Turismo.

Em 1983, foi incluída na estrutura administrativa a pasta denominada Secretaria Municipal de Turismo. Em 1993 a pasta de esportes se fundiu ao turismo, sendo que em 1997 foi retomada a Secretaria Municipal de Turismo, com exclusividade para o segmento. Em 2009, fundiu-se à estrutura atual, como já dito.

No PDTur, há o entendimento de que a fusão de competências na estrutura atual administrativa da SMDET, tomando como ênfase a atividade turística, “ficaram sobrecarregadas em um único departamento, trazendo dificuldades no cumprimento de seu papel como indutora da atividade turística no município e diminuindo a autonomia enquanto secretaria” (SETE LAGOAS, 2011, p.11). Na mesma discussão, há também o entendimento de que o COMTUR é “ativo e dedicado ao acompanhamento da atividade turística” (SETE LAGOAS, 2011, p.10).

Dispõe ainda de Conselho Municipal de Turismo (COMTUR), que delibera, orienta e fiscaliza as ações da administração pública municipal para o turismo, bem como de um Fundo Municipal de Turismo (FUMTUR), que financia parte das ações — uma vez que a SMDET também conta com orçamento próprio para o segmento (SETE LAGOAS, 2011) e, de modo a completar o apontado tripé de apoio à estrutura de gestão pública, tem-se ainda o PDTur, que direciona o planejamento da atividade.

Nesse contexto, passamos a explanação sobre os mesmos, embasando o problema de pesquisa nesse Estudo de Caso que visa investigar a efetividade da política de turismo, na visão dos conselheiros COMTUR.

### **5.3 - O TRIPÉ DE APOIO À GESTÃO MUNICIPAL PARA O TURISMO EM SETE LAGOAS**

A Administração Pública, de acordo com as orientações do Ministério do Turismo, conta com estrutura municipal de gestão para o Turismo, que é a SMDet e — no apoio e orientação para que a gestão possa ser efetiva —, tem-se o PDTur, FUMTur e COMTur, que estruturam o tripé base para a gestão.

Discorreremos assim sobre um a um e seu papel na execução da política pública de turismo, no âmbito do município, com a fundamentação contida na Política Municipal de Turismo, Lei Nº 7.963/2010 (SETE LAGOAS, 2010), que rege em seu artigo 5º:

Compõem a Política Municipal de Turismo, o Plano Municipal de Desenvolvimento Turístico Integrado Sustentável, programas e projetos contidos nesse, o Conselho Municipal de Turismo – COMTur e o Fundo Municipal de Turismo – FUMTur.

#### **5.3.1 - O Plano Municipal de Desenvolvimento Turístico – PDTur Sete Lagoas 2012/2020**

O PDTur foi instituído pelo Decreto Nº 4.475, de 23 de abril de 2012. Dispõe o Plano de Desenvolvimento Turístico de Sete Lagoas – PDTur, que regulamenta os artigos 5º e 6º da Lei Nº 7.963/2010. De acordo com o artigo 6º, as diretrizes nele a conter:

I – divulgar os produtos turísticos; II – promoção de eventos e de oportunidades variadas que motivem a visitação de turistas e promovam a movimentação da economia interna; III – geração de emprego e renda bem como capacitação de mão-de-obra; IV – proteção do meio ambiente, da biodiversidade e do patrimônio cultural de interesse turístico; V – criação de meios que possibilitem a constante informação da sociedade sobre a importância econômica e social do turismo.

Essas diretrizes constam no referido documento, que no processo de construção avaliou transportes, acessos, atrativos, serviços turísticos, entrevistou moradores, investigou as estratégias de marketing adotadas, construiu estratégias e ação junto à equipe técnica de consultoria contratada, Memória Arquitetura, junto à equipe técnica da SMDet e junto ao COMTur. A partir desse diagnóstico executado e as diretrizes para o plano, foram elencadas 82 (oitenta e duas) ações a

serem executadas, não com exclusividade da SMDET, mas em ações pontuais, exclusivas ou conjuntas, junto a outros órgãos municipais e de outras esferas de governo, além da iniciativa privada. Ações essas classificadas em curto, médio e longo prazos e distribuídas em 05 (cinco) macroestratégias, sendo: desenvolvimento e marketing do produto, qualidade da gestão pública de turismo, integração e socioeducação, infraestrutura pública e fomento à iniciativa privada (SETE LAGOAS, 2011).

Há na SMDET um relatório datado de 2017, no qual consta um levantamento sobre as ações do plano que foram executadas até então (SETE LAGOAS, 2017). No plano consta cronograma de execução e há ainda a previsão de monitoramento e avaliação, pela SMDET e pelo COMTUR. Uma das ações, enumerada como “62 – Revisão do PDTur Sete Lagoas”, no contexto da macroestratégia de “qualidade da gestão pública de turismo”, prioridade média. No cronograma do plano, as ações de médio prazo, constam no período de execução 01/07/2015 e 22/12/2017, sendo que essa revisão ainda não foi realizada.

Retoma-se, nesse ponto do trabalho, a importância do plano de turismo, enquanto documento norteador da política municipal de turismo.

### 5.3.2 - O Fundo Municipal de Turismo – FUMTUR

Criado pela mesma lei que instituiu a Política Municipal de Turismo, sendo que sobre as finalidades do fundo tem-se no artigo 7º que será: “captar recurso e financiar programas na área de atuação do Conselho Municipal de Turismo” (SETE LAGOAS, 2010).

Quanto à aplicação dos recursos observa-se como destaque, o “artigo 10º (...) III - na implementação da política municipal de turismo” (SETE LAGOAS, 2010). E quanto à gestão desses recursos: Artigo 9º A gestão financeira dos recursos do Fundo Municipal de Turismo, bem como sua utilização, será feita pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo sob a orientação e fiscalização do Conselho Municipal de Turismo. Ratifica-se aí a importante ação do COMTUR na orientação da execução da política municipal de turismo.

### 5.3.3 - O Conselho Municipal de Turismo – COMTUR

O COMTUR foi instituído em 1997, com diversas alterações no decorrer dos anos, dentre composição de organizações, por vezes em maior ou menor número, em

função de representatividade para o setor, influenciado pelo ambiente econômico, político ou social (SETE LAGOAS, 2012). A legislação vigente data de 2015 e mantém a prerrogativa de um conselho deliberativo, composto por 15 (quinze) membros, sendo 07 (sete) representantes do Poder Público e 08 (oito) representantes da comunidade, sendo órgãos públicos de turismo, de cultura, de educação, de esportes, de meio ambiente, de obras públicas e Câmara Municipal, bem como de instituições de ensino superior, sistema S, entidades de classe, sindicato de trabalhadores da classe e Instância de governança regional para o turismo, no caso a Associação do Circuito Turístico das Grutas (ACTG). Essas representações são constituídas de conselheiros titulares e suplentes (SETE LAGOAS, 2015).

Efetivamente esse conselho se reúne, com atividade ininterrupta, desde o ano de 2008, legitimadas por registro de atas em livro e publicações no Diário Oficial Municipal eletrônico (DOM). Essa efetividade do COMTUR garantiu iniciativas como a criação do FUMTUR e a elaboração do PDTur (SETE LAGOAS, 2011), consolidando as estruturas de apoio a gestão.

É o COMTUR que, na obrigação que lhe é conferida por lei, apoia as ações da secretaria, delibera e orienta as atividades executadas pelo órgão oficial da administração direta.

O conselho orientou a necessidade de promulgação a Lei N° 7.963/2010, que dispõe sobre a Política Municipal de Turismo e cria o FUMTUR, além de deliberar sobre a obrigação do poder Público em cumprir a elaboração do PDTur, em 2012.

Nas competências que lhe são conferidas por lei, destaca-se o artigo 2º, da legislação vigente, Lei N° 8.420/2015 (SETE LAGOAS, 2015), no qual se lê:

Compete ao COMTUR/SL: I - Deliberar sobre: a) a política municipal de desenvolvimento e a expansão do turismo no município; (...) VI – avaliar a execução da política municipal de turismo.

Esses são, portanto, artigo e incisos basilares para o estudo em tela, que considera a amostra de conselheiros COMTUR para avaliar a execução dessa política pública.

Passa-se a análise dos resultados da pesquisa.

## 6 - ANÁLISE DOS RESULTADOS

A pesquisa sobre efetividade da Política Pública Municipal de Turismo (PMT) em Sete Lagoas-MG e sua efetividade, na percepção de conselheiros COMTUR, foi embasada na escolha de 18 (dezoito) conselheiros e ex-conselheiros, enquanto amostra delimitada entre conselheiros que participaram do processo de construção do Plano Municipal de Desenvolvimento Turístico municipal — Plano esse que estabelece ações para execução da PMT, bem como conselheiros que atuam a partir dessa gestão (2017/2019).

De modo a apresentar os resultados das entrevistas, passa-se a análise, desde a identificação do entrevistado, considerando sexo, naturalidade, tempo de atuação no COMTUR, grau de instrução, sendo:

**Tabela 1 – Distribuição dos entrevistados por gênero**

<b>Sexo</b>	<b>Percentual (%)</b>	<b>Frequência</b>
Feminino	50	09
Masculino	50	09
<b>Total</b>	<b>100</b>	<b>18</b>

Fonte: Dados primários – Entrevistas com Conselheiros

A amostra de conselheiros entrevistados foi dividida igualmente por gênero.

**Tabela 2 – Distribuição dos entrevistados por período de participação**

<b>Gestão</b>	<b>Percentual (%)</b>	<b>Frequência</b>
2017/2019	16,7	03
2017/2019 e gestões anteriores	38,9	07
Gestões anteriores	44,4	08
<b>Total</b>	<b>100</b>	<b>18</b>

Fonte: Dados primários – Entrevistas com Conselheiros

A seleção de conselheiros se deu respeitando a atuação em períodos distintos, sendo em menor tamanho a amostra de conselheiros atuantes somente na gestão atual, e de forma mais equilibrada quanto a conselheiros atuantes na gestão atual e anteriores, qual seja: exercícios 2011/2013, 2013/2015, 2015/2017 e 2017/2019 (atual) e os que atuaram somente em gestões passadas, com alcance nos exercícios compreendidos entre 2011 a 2015/2017, de modo a garantir nessas duas últimas amostras conselheiros presentes no processo de elaboração do PDTur,

bem como durante a execução do plano. A média de tempo de atuação é de 4,7 anos.

**Tabela 3** – Distribuição dos entrevistados por naturalidade

Naturalidade	Percentual (%)	Frequência
Sete Lagoas	55,6	10
Outros Municípios	44,4	08
<b>Total</b>	<b>100</b>	<b>18</b>

Fonte: Dados primários – Entrevistas com Conselheiros

Considerando os conselheiros não naturais do município, há ainda a informação de que desse número de 08 (oito) pessoas, são de municípios mineiros como: Belo Horizonte, Contagem, Contria, João Pinheiro, Matozinhos e Piuhim, e outros 02 (dois) de municípios de outros estados, como Três de Maio – RS e Rio de Janeiro – RJ, configurando uma amostra heterogenia de lugares e culturas, propiciando visão crítica sobre a atividade turística.

Nessa caracterização inicial do perfil dos entrevistados observou-se ainda que a representação das entidades com representação no COMTUR contou com conselheiros dos órgãos: Secretarias de Turismo, Educação, Obras, Meio Ambiente e de Cultura; da Câmara Municipal de Vereadores; do Sistema S; de Instituições de Ensino Superior; da Instância de Governança Regional (Associação do Circuito Turístico das Grutas); e de Entidades de Classe. Sendo um recorte de 67% das organizações representadas por lei no conselho.

Por fim, cabe ressaltar que, com relação a grau de instrução, sendo que 94% possui curso superior, dentre esses, 33% são especialistas e 33% são mestres. Sendo as áreas de formação, administração, arquitetura, eventos, engenharias civil e agrônoma, história, pedagogia, relações internacionais, configurando assim um grupo seletivo de analistas, heterogêneo, com capacidade de contribuições qualificadas para a aplicabilidade da política pública de turismo.

Passando ao grupo das perguntas, temos a seguir:

**Tabela 4** – Representação no COMTUR e outros conselhos

Representação	Percentual (%)	Frequência
COMTUR	50	09
COMTUR e outros conselhos	50	09
<b>Total</b>	<b>100</b>	<b>18</b>

Fonte: Dados primários – Entrevistas com Conselheiros

Dos entrevistados, 50% participa ou já participou de outros conselhos e os outros 50% teve no COMTUR sua primeira experiência. Quando perguntados sobre a motivação para ser conselheiro, 83,3% dos entrevistados disseram que a motivação foi o interesse em contribuir com as ações desenvolvidas, considerando que o conselho respalda as ações do Poder Executivo e por ser um espaço legítimo para essa função. Os demais (16,7%) disseram que foram indicados pelas instituições que representavam, explicitando que não houve uma motivação específica, sendo que alguns afirmaram que se envolveram durante o tempo em que atuaram. Obtendo respostas literais como:

“Acredito que um conselho é um espaço legítimo de discussão de melhorias locais.” (trecho extraído de entrevista com conselheiro 01, 2018).

“Acho de suma importância os conselhos municipais, que são um respaldo para a administração.” (trecho extraído de entrevista com conselheiro 02, 2018).

Quanto ao histórico e experiência com o tema turismo e políticas públicas e a motivação para atuar no setor, 61% afirmou ter histórico com a atividade turística, por atuar na hotelaria, na academia ou na instância de governança regional, sendo que os demais (39%) disseram não ter histórico com o tema, porém com a percepção sobre a potencialidade turística do município.

“A atuação no setor de hospedagem já chega há 19 anos. Nesse tempo, tive algumas participações em grupos de fomento ao turismo, ligados à ACI SL e UAI Hotéis e Pousadas.” (trecho extraído de entrevista com conselheiro 03, 2018).

“Não sou atuante na área de turismo.” (trecho extraído de entrevista com conselheiro 04, 2018).

Com relação à opinião sobre o papel dos conselheiros de políticas públicas de Turismo para a cidade, a opinião destacada de 77,8% é de que o conselho respalda as ações do Poder Executivo, considerando recursos escassos e garantindo legitimidade, a partir das proposições dos conselheiros. Portanto, de vital importância no processo de construção da política pública. Entendem o protagonismo com a participação democrática e cidadã.

“O papel dos conselhos é fundamental para que as entidades, através dos representantes participantes possam transferir para seus associados ou integrantes os direcionamentos do município e que possam e tenham oportunidade de opinar e de desempenhar um papel de protagonismo.” (trecho extraído de entrevista com conselheiro 05, 2018).

Considerando conselheiros que participaram do processo de elaboração do Plano Municipal de Desenvolvimento Turístico – PDTur obteve-se a informação:

**Tabela 5** – Participou do processo de elaboração do PDTur?

Participação	Percentual (%)	Frequência
Sim	55	10
Não	45	08
<b>Total</b>	<b>100</b>	<b>18</b>

Fonte: Dados primários – Entrevistas com Conselheiros

Sendo assim, 10 (dez) dos entrevistados participaram do processo de elaboração do plano, sendo assim parcela representativa entre os entrevistados, participando ainda em parte do processo de implantação do plano com condições de avaliar o que foi planejado e o que foi executado, até o momento.

A questão da participação dos conselheiros em outros processos de construção de políticas públicas ou de planejamento.

**Tabela 6** – Já havia participado de outros processos de construção de políticas públicas ou planejamento no contexto das mesmas?

Participação	Percentual (%)	Frequência
Sim	39	07
Não	61	11
<b>Total</b>	<b>100</b>	<b>18</b>

Fonte: Dados primários – Entrevistas com Conselheiros

Sendo, portanto, parcela significativa de conselheiros que ainda não contribuíram em processos participativos no processo de construção de políticas públicas.

Sobre a definição de concepção de Sete Lagoas como destino turístico, como destaque, a percepção dos conselheiros é de que a cidade tem um rico potencial. O que também chama atenção é que, ainda que alguns afirmem que a cidade seja um destino turístico, com atrativos turísticos, bons hotéis e restaurantes, ainda colocam que falta alguma variável importante para consolidar o destino. Citam assim, a Gruta Rei do Mato, a Serra de Santa Helena, a Lagoa Paulino, central, bem como as demais lagoas, os diversos atrativos naturais e o grande potencial turístico, porém, na concepção de alguns entrevistados, existe a deficiência em infraestrutura,

carência de produto turístico, propriamente dito, deficiência na divulgação, sendo que um dos entrevistados disse considerar que ainda é um destino embrionário e outro afirma sobre a necessidade de desenvolver planejamento com foco em ações de longo prazo e integradas entre si. Nesse contexto observa-se a visibilidade do turismo de lazer, de aventura e também citado o turismo de negócios e ainda a possibilidade de tratar o público de Belo Horizonte, como público alvo nas ações de divulgação para a ocupação aos finais de semana, quando a permanência do turista que está a negócios na cidade diminui. Citados também os eventos com atratividade turística, tratados como indutores de fluxo turístico e o rico espaço do parque Náutico da Boa Vista para realização de eventos de lazer. Outro aspecto observado foi o de que há boa rede hoteleira e de restaurantes e de que a cidade é âncora, no contexto regional. Ressaltado também a importância de envolvimento da comunidade, como um todo e não só do poder público.

“Apesar de Sete Lagoas ser comumente citada por especialistas como um dos melhores destinos de Minas Gerais, o resultado econômico do turismo de visitação ainda é irrelevante perto do potencial existente. A cidade ainda não conta com a infraestrutura e as condições necessária para atrair um turismo mais qualificado, como congressos, feiras, eventos culturais, festas religiosas.” (trecho extraído de entrevista com conselheiro 06, 2018).

Com relação a opinião sobre quais aspectos positivos nesses anos de vigência do PDTur, o fato de o município ter um PDTur, foi predominante, considerando a definição de ações e o processo participativo, propondo metas e ações. A diversificação do foco para outros tipos de turismo também foi citada, como possibilidade, por exemplo, de se explorar melhor o turismo rural, bem como atividades inerente, além do pressuposto turismo de negócios. Quanto a aspectos limitantes observam a falta de recursos, bem como a falta de definição, no próprio PDTur, quanto a forma de financiamento das ações e até proposições de parcerias para a execução das ações. Também a questão de falta de vontade política e priorização da atividade turística, enquanto ações do executivo.

“Como aspectos positivos, sem duvidas o principal é a participação popular no desenvolvimento do plano. Quanto a aspectos negativos, penso que a falta de recursos é a mais evidente. Mas penso que o turismo fica em segundo plano na secretaria. A secretaria prioriza esforços na indústria.” (trecho extraído de entrevista com conselheiro 07, 2018).

“Como pontos positivos, a existência de um Plano de médio prazo assegura o cumprimento de ações, independente do governo que está em andamento. Limitantes é que nem sempre o gestor municipal concorda em implantar todas as ações previstas e indicadas pelo PDTur.” (trecho extraído de entrevista com conselheiro 08, 2018).

Para avaliação sobre a estrutura administrativa pública do turismo na cidade, 78% citaram palavras como “*limitada*”, “*precária*”, “*aquém do potencial*”, “*reduzida*”, “*enxuta*”, sintetizando boa parte dos depoimentos. 57% dessa amostra de entrevistados acima — que identificaram questões negativas —, fizeram ressalva quanto a equipe comprometida nessa estrutura administrativa. Avaliaram como boa estrutura administrativa, 11% dos entrevistados e outros 11% se abstiveram de responder, justificando falta de conhecimento para opinar.

“Poderia ser mais atuante, com mais ações e atos do trade turístico. Poderia ser realizadas mais coisas em prol do turismo, mas, faz-se o que tem na mão. O que tem e o que é permitido fazer.” (trecho extraído de entrevista com conselheiro 09, 2018).

Sobre a efetividade nas políticas públicas municipais de turismo na cidade, entendem que falta continuidade das ações, escassez de recursos, falta de apoio aos executores, dependência constante de recursos públicos do Governo Federal e Estadual, falta de engajamento da população, até mesmo nos cuidados com a cidade. Essa visão de que faltam ações mais efetivas foi apresentada por 61% dos entrevistados. Para os demais 39%, as políticas públicas tem alcançado efetividade, com ações sendo realizadas, de modo pontual e associativo, com bons resultados alcançados, de acordo com os aspectos dos recursos envolvidos. Diante das avaliações dicotômicas, há menção, em ambas, sobre a ação efetiva da equipe de gestão pública.

“Trabalhando com o que tem, as políticas estão trazendo certa efetividade” (trecho extraído de entrevista com conselheiro 11, 2018).

“Poderia ser plena, mas depende de infraestrutura e maior participação de outros setores públicos e também da sociedade.” (trecho extraído de entrevista com conselheiro 12, 2018).

A questão dos avanços nas políticas municipais de turismo ao longo desses anos, desde a elaboração do PDTur, foi considerado, quanto ao fato intrínseco de ter um PDTur a partir de um bom diagnóstico, de melhorias em infraestrutura turística, com sinalização, revitalização de pontos turísticos, implantação de novos hotéis, mais foco nas atividades turísticas, legislação definida, divulgação, eventos, maior envolvimento, direcionamento das ações, enquanto avanços perceptíveis. Há porém a questão sobre o Centro de Convenções, levantada como questão que não avançou, bem como considerada também como principal dificultador na execução

da política pública de turismo, uma vez que se apresentava como uma das ações centrais no PDTur e por isso, sem avanços consideráveis.

“Percebemos vários avanços como a divulgação da cidade como destino turístico e suas festas e comemorações, sinalização da cidade, preocupação com a apresentação da cidade, a limpeza.” (trecho extraído de entrevista com conselheiro 13, 2018).

“As ações ficaram mais direcionadas e grupos se organizando com foco no turismo.” (trecho extraído de entrevista com conselheiro 10, 2018).

Os limites e soluções para os problemas enfrentados para a implementação da política municipal de turismo, apresentou considerações como a questão de recursos escassos, que foi citada com frequência, a necessidade de revisão do PDTur, a falta de posicionamento indutor do poder público que possam despertar o interesse do setor privado, a burocracia, a falta de engajamento de gestores públicos, falta de envolvimento entre as secretarias, enquanto fatores limitantes. Como soluções, proposições como preparação de comunidade para a atividade turística, a criação de um consórcio regional para planejamento, conscientização dos gestores, ampliação de parcerias, despolitização do conselho, com mais participantes da comunidade, revisão do PDTur,, o desmembramento da secretaria, com estruturação exclusiva para o setor.

“Como não tenho pleno conhecimento, penso que a falta de recurso financeiro inviabiliza os projetos, pois há uma equipe atuante, projetos factíveis e boa vontade do setor. Falta atenção à importância do turismo e dinheiro para as ações que estão no PDTur.” (trecho extraído de entrevista com conselheiro 15, 2018).

“Necessário envolvimento de todas as secretarias municipais, e acredito que a comunidade deve ser preparada para o desenvolvimento turístico da região.” (trecho extraído de entrevista com conselheiro 16, 2018).

Na opinião sobre quais os desafios a serem superados para maior efetividade dessas políticas e quem seriam os atores responsáveis para tais mudanças e o que poderiam fazer, 22% dos entrevistados observa a necessidade de ampliar o orçamento, nas três esferas de governo; outros 22% asseverou para a necessidade de ampliar a participação popular. Os demais 56% apontaram para questões como identificação de ações com maior probabilidade de resposta; necessidade de difundir o planejamento entre a comunidade, dar conhecimento, conscientizar e envolver; definir a execução do PDTur; sintonizar os atores, sendo esses, os gestores públicos, das esferas de governo Município, Estado e União,

também conselheiros, comunidade, empresários, gerando maior envolvimento entre esses atores foram citadas pelos 10% restantes.

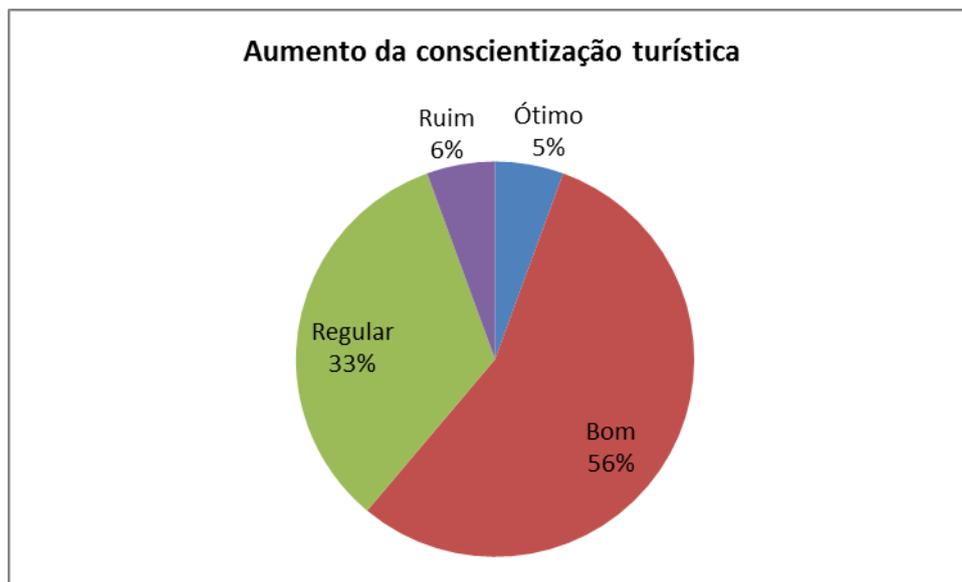
“Necessária conscientização do papel do Turismo para o desenvolvimento regional e geração de emprego e renda por parte dos gestores públicos. Os atores devem ser os gestores públicos, iniciativa privada e comunidade, através de ações de conscientização e visibilidade do que este segmento pode proporcionar, se concretizado.” (trecho extraído de entrevista com conselheiro 14, 2018).

“Primeiro a execução total do PDTUR, depois participação das duas Secretarias responsáveis pela manutenção do turismo, Cultura e Desenvolvimento Econômico.” (trecho extraído de entrevista com conselheiro 17, 2018).

“O principal desafio é fazer com que todos os atores trabalhem em sintonia, alinhados ao PDTUR. Os principais atores são: Poder público, Iniciativa Privada, Instituições.” (trecho extraído de entrevista com conselheiro 18, 2018).

Passando à segunda parte, onde há questões no formulário de entrevista, no qual são apontadas em um quadro impactos positivos previstos no PDTur, a partir de sua vigência e execução, questiona-se qual a avaliação do conselheiro, em uma escala entre péssimo, ruim, regular, bom e ótimo, obteve-se o resultado a seguir.

**Gráfico 1 – Avaliação quanto a: Aumento da consciência turística**

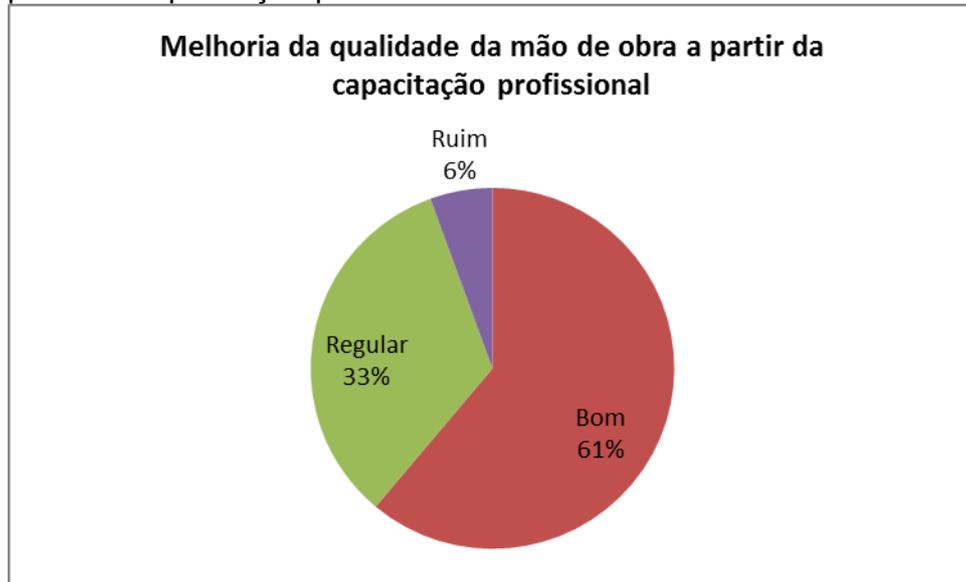


Fonte: Dados primários – Entrevistas com Conselheiros, 2018.

Considera-se avaliação como positiva, tendo em vista que a escala entre ótimo e bom alcançou 61% dos entrevistados e a soma de regular e ruim

totalizou 39%, sem nenhuma referencia a péssimo, enquanto opção no formulário de entrevista.

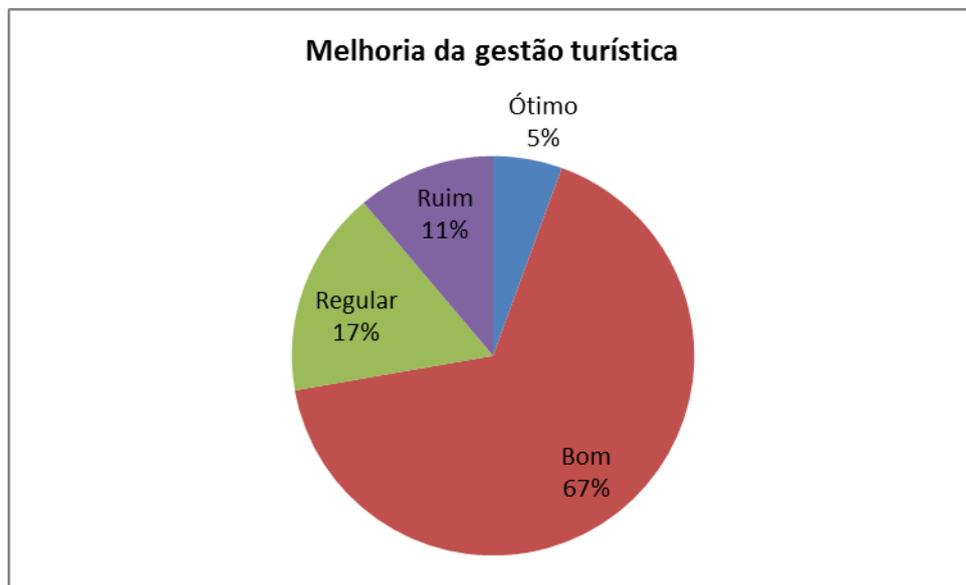
**Gráfico 2** – Avaliação quanto a: Melhoria da qualidade da mão de obra a partir da capacitação profissional



Fonte: Dados primários – Entrevistas com Conselheiros, 2018.

Para essa questão não houve escolha das opções ótimo ou péssimo, enquanto extremos da escala. Figura assim a avaliação positiva, com 61%, porém ainda avaliação de 39% é de que essa melhoria ainda não é suficiente e figura como regular ou ruim, para um destino turístico.

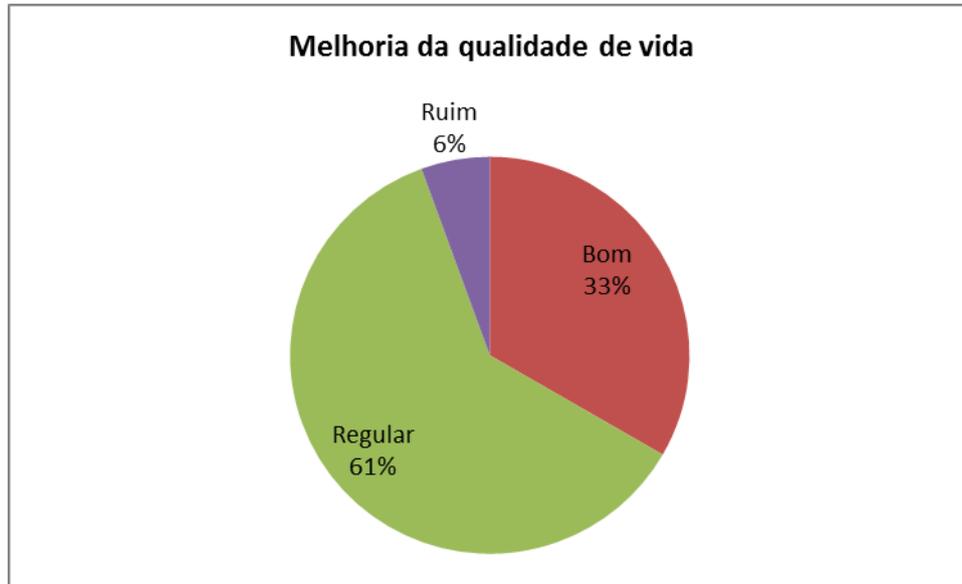
**Gráfico 3** – Avaliação quanto a: Melhoria da gestão turística



Fonte: Dados primários – Entrevistas com Conselheiros, 2018.

Avaliada por 72% dos entrevistados com resultados de melhoria e apenas 28% avaliando como ruim ou regular e sem nenhuma consideração de que tenha sido péssima.

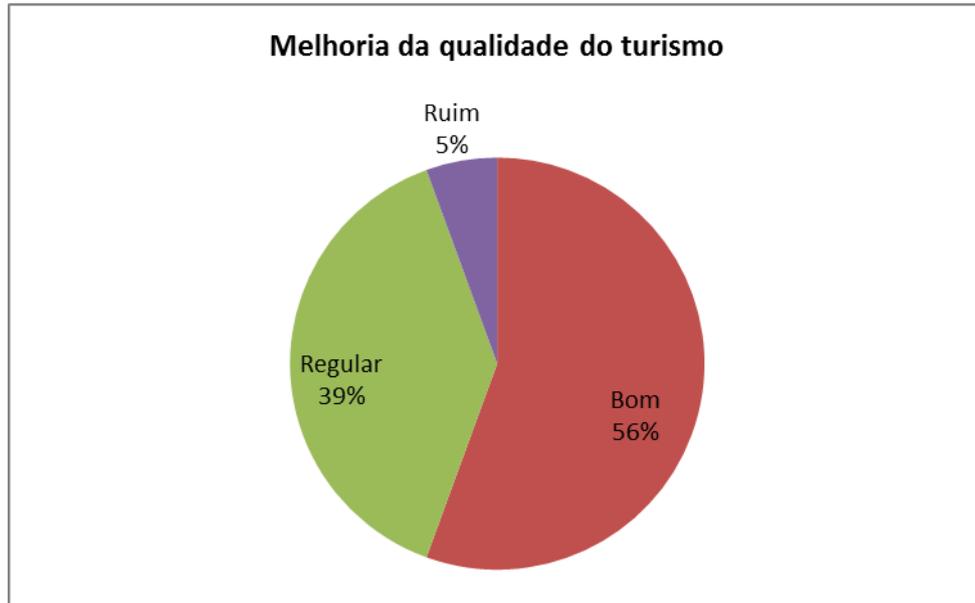
**Gráfico 4** – Avaliação quanto a: Melhoria da qualidade de vida



Fonte: Dados primários – Entrevistas com Conselheiros, 2018.

Com relação à qualidade de vida, somente 33% consideraram essa variável, sendo que entre regular e ruim foi apontada por 67% dos entrevistados. Não houve escolha das opções ótimo ou péssimo. Interessante ressaltar que a opção regular foi, em maior parte, escolha de ex-conselheiros e uma ainda escolheu a opção ruim. Observa-se que esses conselheiros participaram do processo de construção do PDTur, da definição dos indicadores e, considerando esse conhecimento avaliam de modo negativo e em impactos positivos com base nesse indicador.

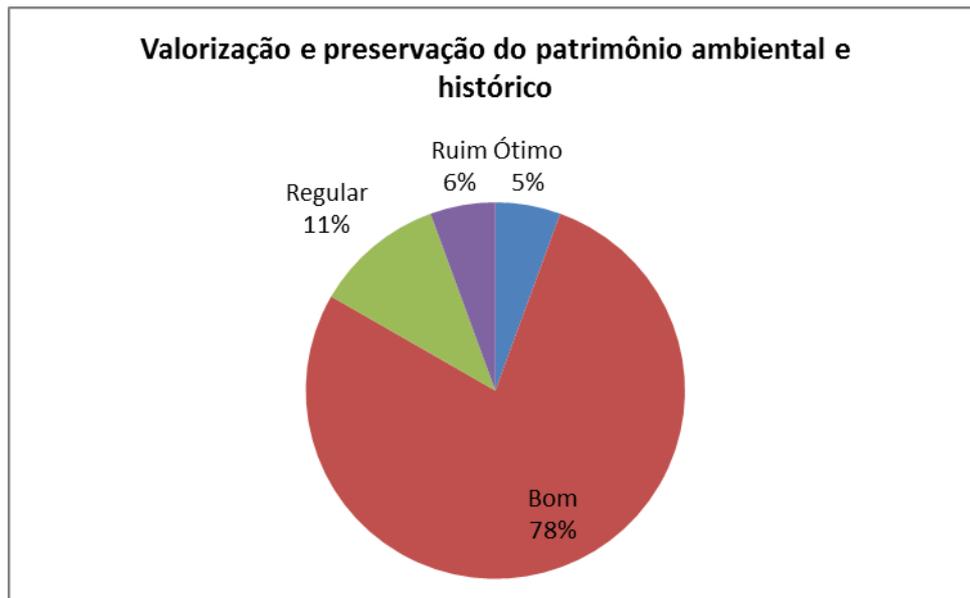
**Gráfico 5** – Avaliação quanto a: Melhoria da qualidade do turismo



Fonte: Dados primários – Entrevistas com Conselheiros, 2018.

Melhoria na qualidade do turismo foi observada pela maioria, totalizando 56% e entre regular e ruim somou-se 44%. Importante observar que mais uma vez não houve opção pelos extremos ótimo ou péssimo.

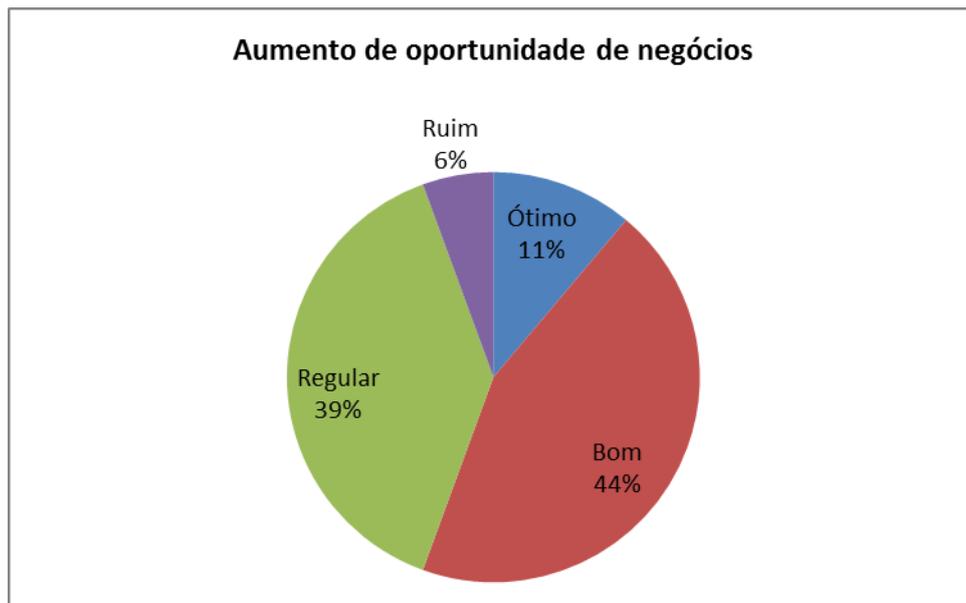
**Gráfico 6** – Avaliação quanto a: Valorização e preservação do patrimônio ambiental e histórico



Fonte: Dados primários – Entrevistas com Conselheiros, 2018.

A percepção positiva foi destacada pelas opções ótimo e bom, totalizando como opção de 83% dos entrevistados, enquanto as opções regular e ruim foram indicadas por apenas 17%. Observa-se que, patrimônio ambiental e histórico, enquanto base de atratividade para destinos turísticos está bem avaliada.

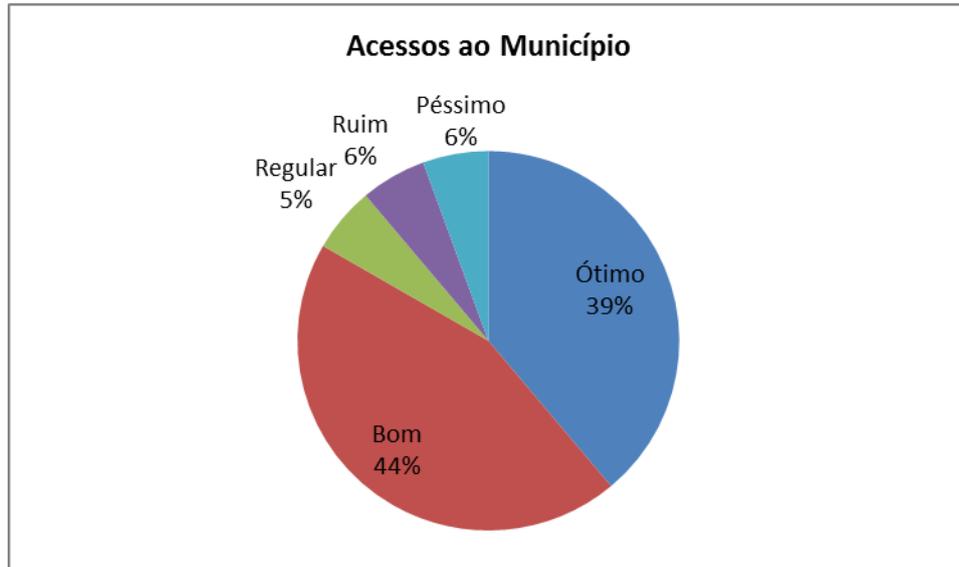
**Gráfico 7** – Avaliação quanto a: Aumento de oportunidade de negócios



Fonte: Dados primários – Entrevistas com Conselheiros, 2018.

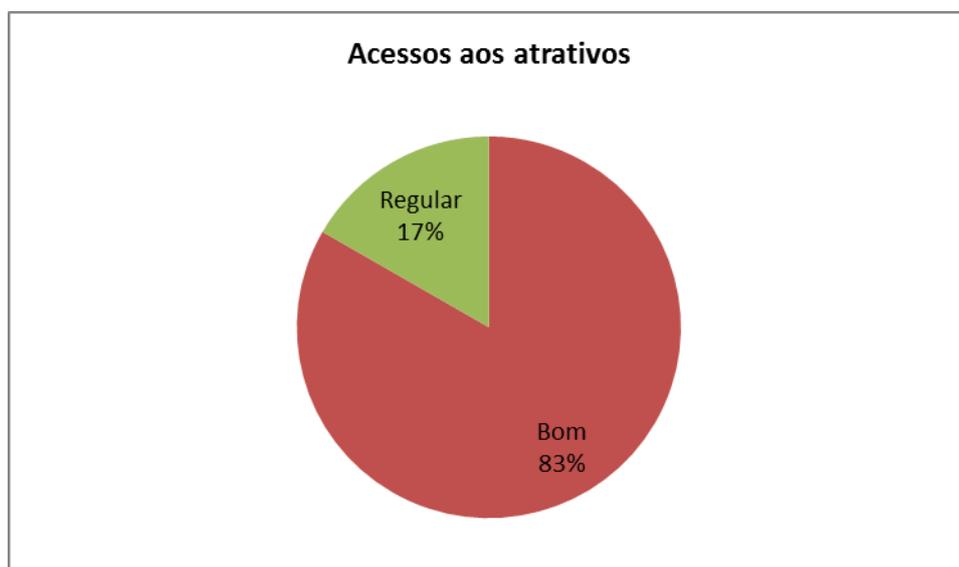
Esse aspecto também foi avaliado como positivo, tendo em vista que 55%, entre ótimo e bom, foram, em maioria a escolha dos entrevistados e 45% avaliaram como regular ou ruim.

Passando ao quadro onde considera-se a avaliação das variáveis que fundamentam a formação de um produto turístico, obteve-se o resultado a seguir, na escala entre péssimo, ruim, regular, bom e ótimo.

**Gráfico 8** – Avaliação quanto a variável: Acessos ao Município

Fonte: Dados primários – Entrevistas com Conselheiros, 2018.

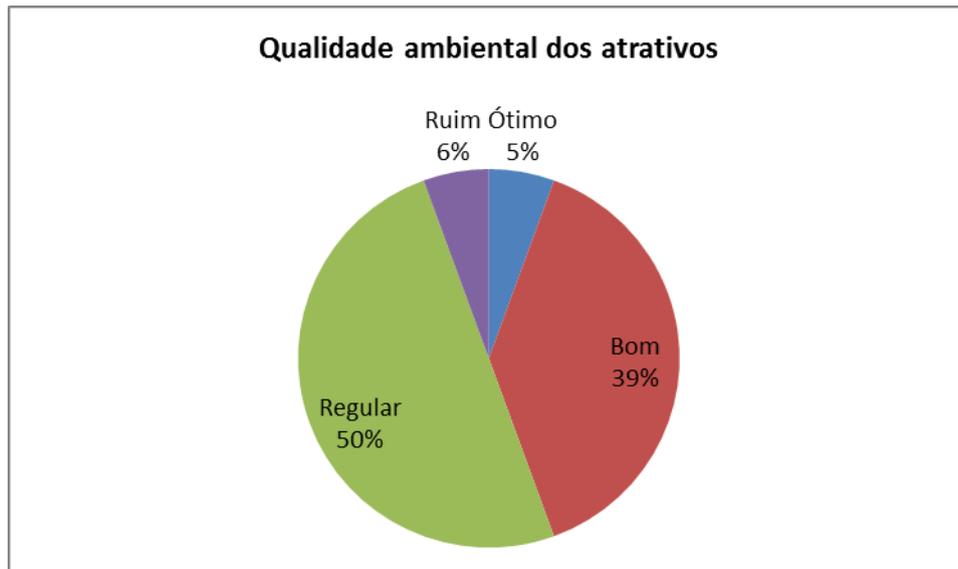
Avaliado como ótimo e bom por 83% dos entrevistados e 17% na escala regular, ruim e péssimo. Cabe informar que um dos entrevistados, optou por indicar a avaliação como regular, considerando o acesso pela rodovia MG 424, principal acesso para o Aeroporto Internacional ancredo Neves.

**Gráfico 9** – Avaliação quanto a variável: Acessos aos atrativos

Fonte: Dados primários – Entrevistas com Conselheiros, 2018.

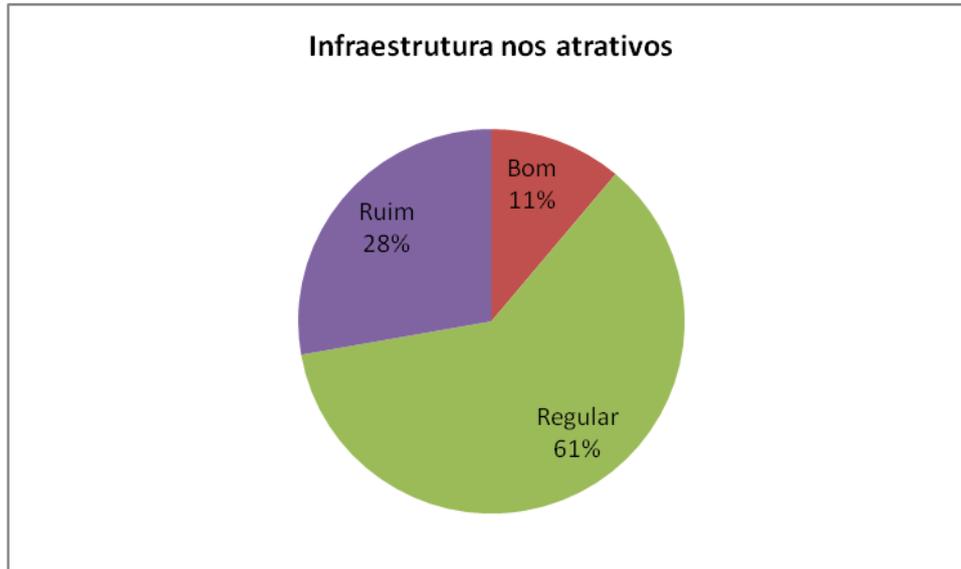
Para esse item a avaliação foi boa, sendo que somente 17% consideram regular. Destacado que não houve escolha das opções extremas da escala, ótimo e péssimo, nem tampouco para ruim.

**Gráfico 10** – Avaliação quanto a variável: Qualidade ambiental dos atrativos



Fonte: Dados primários – Entrevistas com Conselheiros, 2018.

Nenhum dos entrevistados indicou a opção péssimo. Apenas 6% indicou como ruim, que representa, nessa amostra, apenas um entrevistado. Como regular, metade dos entrevistados indicou como opção e entre ótimo e bom, somou-se 44%.

**Gráfico 11** – Avaliação quanto a variável: Infraestrutura nos atrativos

Fonte: Dados primários – Entrevistas com Conselheiros, 2018.

Esse aspecto também não foi avaliado como ótimo ou péssimo, mas na escala entre ruim e regular foi destacado por 89% dos entrevistados e como bom por 11%. Considera-se uma avaliação negativa.

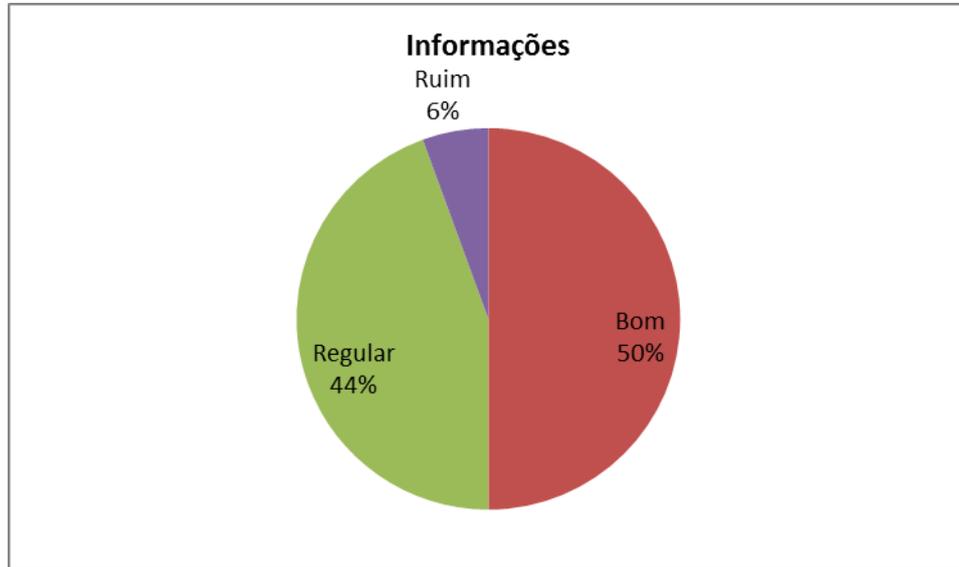
**Gráfico 12** – Avaliação quanto a variável: Serviços de alimentação no município

Fonte: Dados primários – Entrevistas com Conselheiros, 2018.

Como indicação positiva, 61% optou pela escala entre ótimo e bom, sendo que os demais 39% definiu como regular. Observa-se como bom indicador

que, para esse item, não foram destacadas as opções péssimo ou ruim, no que seria o recorte negativo de percepção.

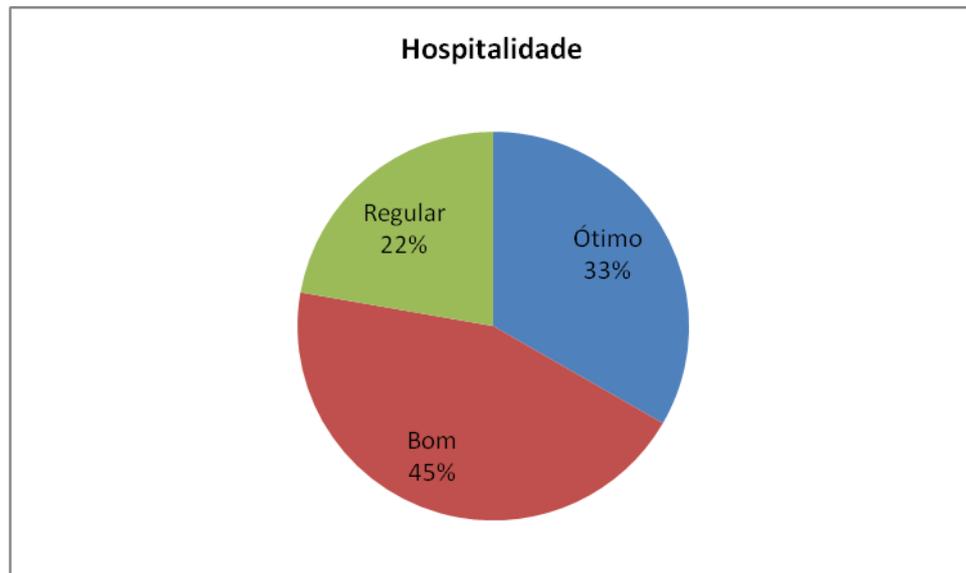
**Gráfico 13** - Avaliação quanto a variável: Informações



Fonte: Dados primários – Entrevistas com Conselheiros, 2018.

Metade dos entrevistados considera como bom o aspecto de informações e a outra metade se dividiu entre as opções regular e ruim, sem apontamentos para as opções ótimo ou péssimo.

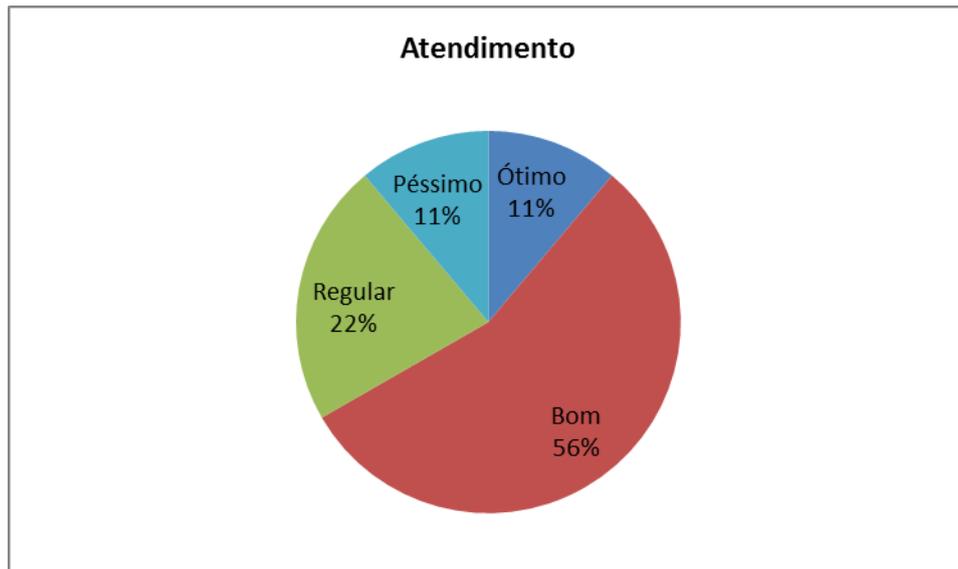
**Gráfico 14** - Avaliação quanto a variável: Hospitalidade



Fonte: Dados primários – Entrevistas com Conselheiros, 2018.

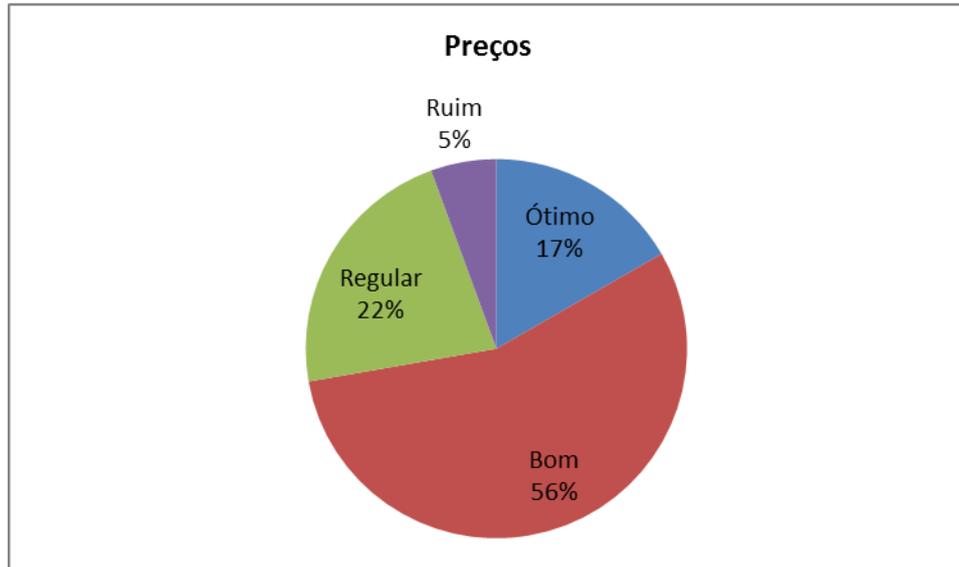
Sem as opções péssimo ou ruim, o destaque foi para a boa avaliação da hospitalidade do povo setelagoano, totalizando 78% entre ótimo e bom. Completando com 22% de escolhas para hospitalidade regular.

**Gráfico 15** - Avaliação quanto a variável: Atendimento



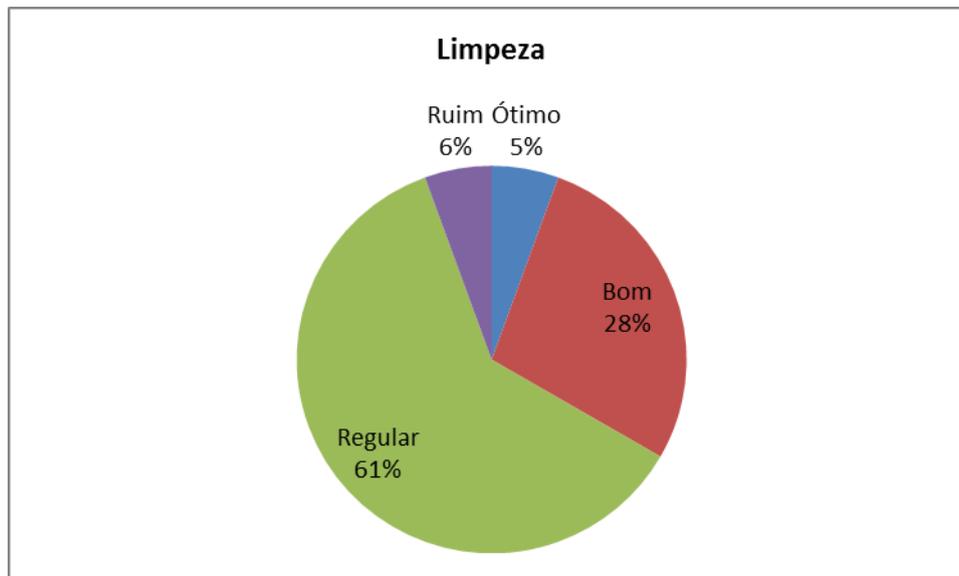
Fonte: Dados primários – Entrevistas com Conselheiros, 2018.

Para essa avaliação, os extremos péssimo e ótimo se igualaram em 11% cada, como apontamentos de regular por 22% dos entrevistados e em maioria a opção bom, totalizando 56% e sem registro de indicação de qualidade ruim. Confere assim um tema divergente pelos extremos identificados, mas, ao mesmo tempo, positivo, se consideradas as opções ótimo e bom, com 67% das escolhas.

**Gráfico 16 - Avaliação quanto a variável: Preços**

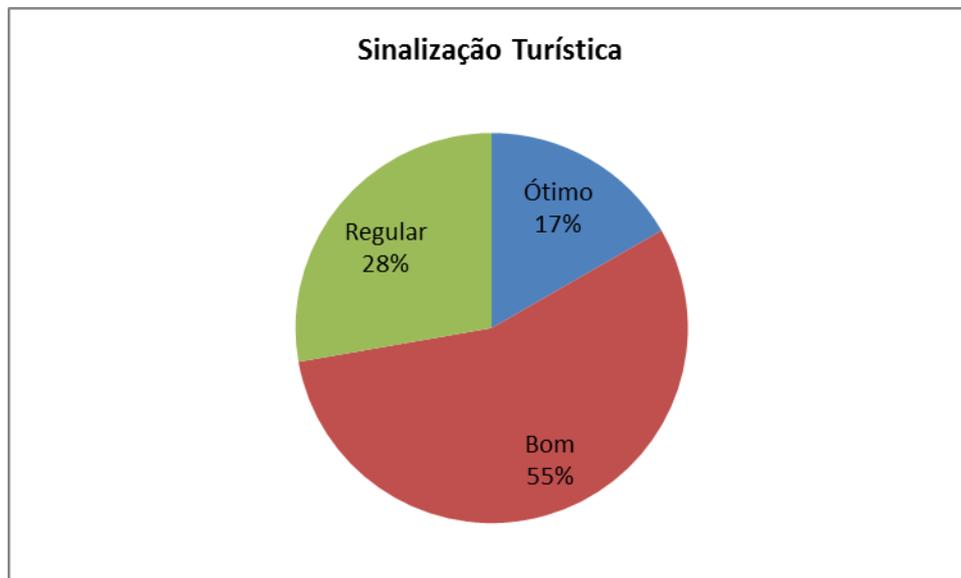
Fonte: Dados primários – Entrevistas com Conselheiros, 2018.

Com 73%, destacam-se as opções de ótimo e bom, enquanto indicação positiva para o destino turístico. Definido como regular e ruim, por 27% dos demais.

**Gráfico 17 - Avaliação quanto a variável: Limpeza**

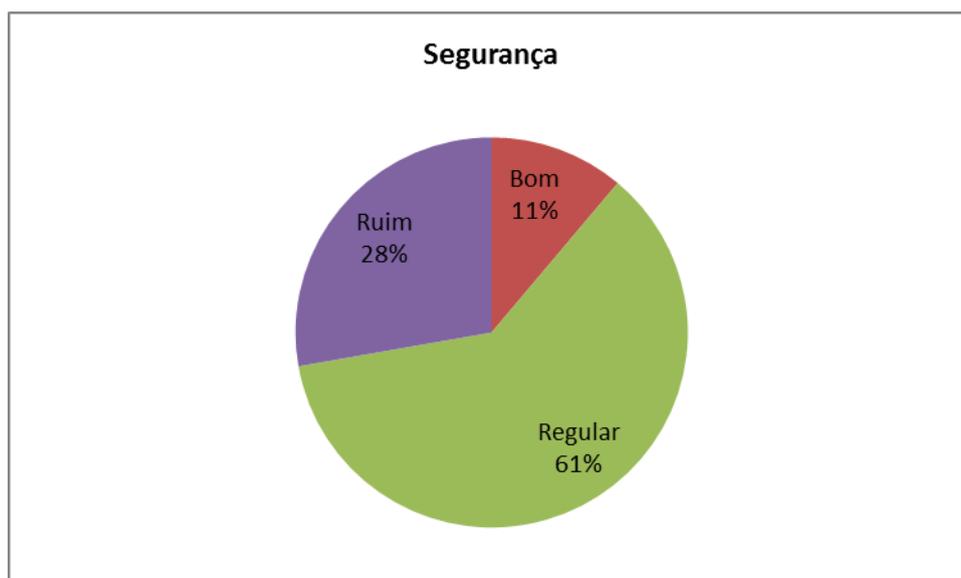
Fonte: Dados primários – Entrevistas com Conselheiros, 2018.

Com relação à limpeza do destino, somente 32% indicou de modo bom ou ótimo. 61% como regular e em menor escala como ruim. Sem a opção de péssimo como escolha dos entrevistados.

**Gráfico 18 – Avaliação quanto a variável: Sinalização Turística**

Fonte: Dados primários – Entrevistas com Conselheiros, 2018.

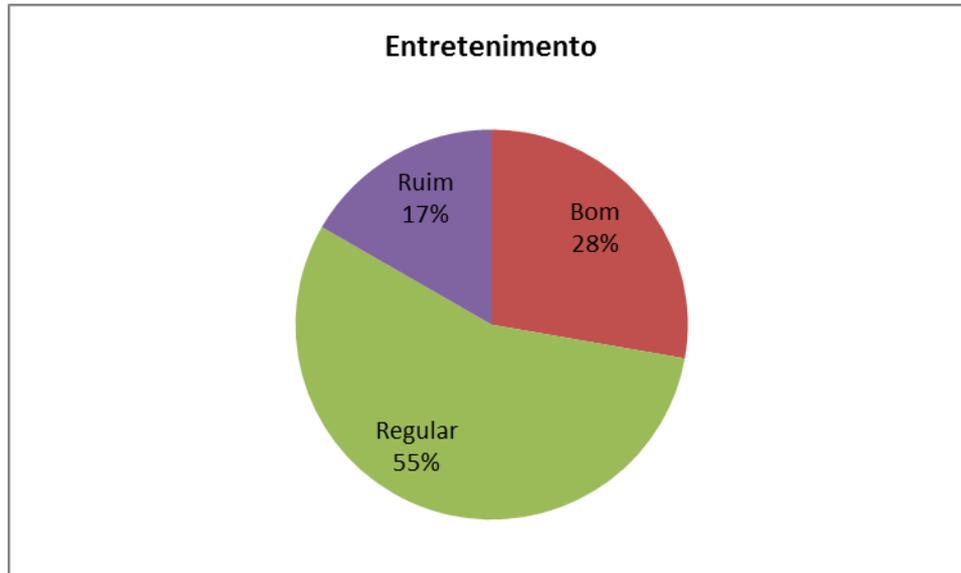
A Sinalização turística foi bem avaliada, com 72% de indicações para as opções ótimo e bom e como regular por 28%, sem indicação de ruim ou péssimo.

**Gráfico 19 - Avaliação quanto a variável: Segurança**

Fonte: Dados primários – Entrevistas com Conselheiros, 2018.

A segurança foi avaliada como boa, por somente 11% dos entrevistados, com destaque para regular e ruim, sem escolha das opções ótimo ou péssimo.

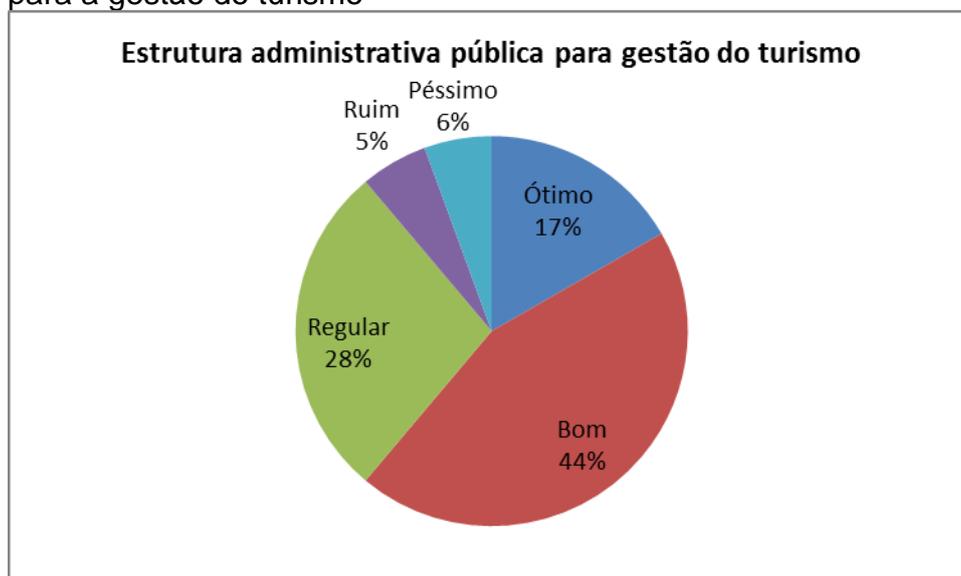
**Gráfico 20** - Avaliação quanto a variável: Entretenimento



Fonte: Dados primários – Entrevistas com Conselheiros, 2018.

O ambiente de entretenimento foi avaliado como regular pela maioria e em menor indicação como ruim. Sendo que somente 28% consideram bom. Observa-se a ausência das opções extremas ótimo ou péssimo.

**Gráfico 21** – Avaliação quanto a variável: Estrutura administrativa pública para a gestão do turismo



Fonte: Dados primários – Entrevistas com Conselheiros, 2018.

61% dos entrevistados indicaram as opções: ótimo e bom para a estrutura administrativa pública para o turismo, sendo que os 39% demais entendem que há deficiência, indicando as opções regular, ruim e péssimo. Constata-se para esse indicador todas as opções selecionadas, tendo em vista a proximidade dos conselheiros e visões e concepções diversas do que é positivo ou negativo, por opinião de cada um.

Para todos os indicadores analisados acima, apresentados no contexto do PDTur, observa-se que somente 04 desses se destacaram com avaliação negativa, porém são esses importantes de se observar, considerando que estão diretamente ligados à qualidade de vida dos cidadãos, quando junta-se a esse a limpeza, a segurança e o entretenimento. A questão da segurança e limpeza impactam diretamente na percepção do cidadão quanto a se identificar e se apropriar do lugar, sendo que esse cidadão é um dos primeiros interessados pela qualidade do lugar, passando a indicar o destino a terceiros, potenciais turistas. Sendo que o entretenimento, no sentido do que fazer em um destino também carrega essa referência de um bom destino turístico. Cabe, destacar atenção e planejamento de ações capazes de melhorar esses indicadores. Cabe ainda monitorar os demais indicadores, de modo a ampliar os resultados positivos.

Finalizando a entrevista, quando perguntados sobre alguma consideração, mensagem ou observação adicional que gostaria de deixar, 08 (oito) entrevistados (44%) optaram por responder a essa questão, com considerações sobre:

- A importância de se ressaltar a cultura, em suas estruturas edificadas, materiais e imateriais;
- A necessidade de engajamento da comunidade, como um todo;
- A priorização de investimentos e cuidados ambientais, com a qualidade do ar, por exemplo;
- A comunicação ineficiente junto à sociedade, sobre as ações desenvolvidas no contexto do planejamento e execução das políticas públicas;
- A possibilidade de estudo de viabilidade para implantação de um Centro de Convenções e a possibilidade de atrair eventos qualificados para a cidade;

- Necessária valorização dos cartões postais, como a Lagoa Paulino, por exemplo;
- Ressaltar o empenho da exígua equipe que atua na Gestão Municipal para o turismo;
- O incremento nas experiências para o turista, envolvendo a gastronomia, esportes, música, ampliando também o currículo escolar e favorecendo que o próprio cidadão conheça e reconheça a riqueza local;
- Investimentos dos governos, com foco em produtos turísticos que possam ser avaliados e seus resultados mensurados.

Um detalhe para essa questão é que dos 08 (oito) entrevistados (44%) que responderam à mesma, 06 (seis) deles são ex-conselheiros e 02 (dois) da gestão atual. Extremos interessados em bons resultados.

“Temos uma oportunidade muito grande no Brasil, após o enfraquecimento da nossa moeda nos últimos 02 anos. Esta caro para o brasileiro viajar para fora do país. A minha proposição é de os governos estaduais elegerem 04 a 05 cidades e investirem em Rotas Gourmet e Rotas Esportivas e criar ferramentas para mensurar o resultado das ações. O turista procura hoje uma experiência que ele tem e as experiências marcam o local, seja pelo esporte, pela música e principalmente pela culinária. Precisamos ter a rota da cachaça da região metropolitana, rota da cachaça da região de Salinas, rotas Gourmet do pequi, várias. As rotas turísticas do mundo todo envolvem culinária, música e esporte. Em Minas Gerais temos a rota dos Circuito das Grutas que é uma rota que envolve a Geologia e temos outro exemplo da Rota Guimarães Rosa, que é uma rota cultural. Então acredito que esse não é exatamente o melhor caminho para que o turismo exploda. As rotas de ônibus turísticos guiados por história e cultura nos fones de ouvido devem ser implementados nas capitais e os mesmos devem fazer parte do currículo.” (trecho extraído de entrevista com conselheiro 05, 2018).

“A cadeia turística da cidade foi mobilizada e planejou seus objetivos e ações para desenvolver de forma sustentável as suas potencialidades turísticas (PDTur). Continuo acreditando que Sete Lagoas tem todas as condições para atrair turistas mais qualificados, para congressos, feiras, eventos culturais, festas religiosas e gerar milhares de futuros empregos na atividade. (trecho extraído de entrevista com conselheiro 06, 2018).

Cabe destacar todo o empenho da exígua equipe que atua na Gestão Municipal em defesa das políticas públicas do turismo. (trecho extraído de entrevista com conselheiro 08, 2018).

“Considerando a implantação do sistema de conselho, o COMTUR está ativo, atuante, funcionando, é um dos poucos que tem algum trabalho, mas poderíamos fazer um pouco mais. Como fazer isso? Popularizando, fazendo o trade, trazendo todo mundo que está aí voltado para o turismo, a dar valor, criar novas medidas para melhoria do turismo local. Acho que o papel da prefeitura deveria cuidar mais e melhor da cidade, como as entradas do principal ponto turístico, entre a serra e o shopping, está ruim, falta o “VTP” que o palestrante falou. A feirinha tem que dar uma repaginada, nas

barracas, motivar e incrementar novas barracas, novos temas, sair da mesmice. Mas nos últimos vinte anos, há um prenúncio de bons momentos para o turismo, sabendo que o PDTur está sendo colocado em prática, com as metas acontecendo. Podemos voltar a pensar no Centro de Convenções. Tem pessoas contra, outros a favor. Os contrários dizem que turismo de eventos não dá ocupação, mas em volume, está provado que dá ocupação, haja vista que, nos últimos 30 dias, perdemos dois eventos para Juiz de Fora - MG, porque não temos espaço e lá ganhou porque tem o Centro de Convenções.” (trecho extraído de entrevista com conselheiro 09, 2018).

“Gostaria que houvesse uma comunicação eficiente com a sociedade sobre as políticas públicas, seu planejamento e sua execução.” (trecho extraído de entrevista com conselheiro 12, 2018).

“Desde a minha mudança para Sete Lagoas acompanhei muitas melhorias! A cidade tem potencial turístico sim e os gestores precisam acreditar e investir mais! O Parque da Cascata é um atrativo lindo e continua fechado! A segurança, a poluição visual e do ar devem ser melhoradas.” (trecho extraído de entrevista com conselheiro 13, 2018).

“Para que a implementação de qualquer política pública, tenha efetividade nas ações e diretrizes propostas em um plano de trabalho ou projeto, precisamos que todos os atores envolvidos estejam na mesma página, e tenham vontade de trabalhar e contribuir com o desenvolvimento sustentável em todas dimensões.” (trecho extraído de entrevista com conselheiro 16, 2018).

“Há a necessidade de se considerar os equipamentos culturais como atrativos do Município. Cuidados como obras de conservação e restauração precisam ser feitos com urgência. Eventos artísticos são complementos do turismo de uma cidade, mas sua cultura, seja ela edificada ou registros de suas manifestações, são grandes alicerces para o desenvolvimento turístico. Ressalto o grande atrativo que temos que a Festa de Santa Helena, primeiro bem imaterial registrado no Livro de Celebrações.” (trecho extraído de entrevista com conselheiro 17, 2018).

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Para este estudo, a proposta de investigar a efetividade da política municipal de turismo, sob a ótica dos conselheiros COMTUR, norteou a definição dos objetivos a serem alcançados com o trabalho.

Os conselheiros e ex-conselheiros entrevistados, demonstraram interesse em contribuir, apresentando a percepção sobre avanços e melhorias necessárias no processo de implementação da política municipal de turismo (PMT). Esse interesse reflete a máxima de que conhecer para valorizar também se aplica nesse sentido, uma vez que quem tem a oportunidade de participar do conselho, se aproximar do tema turismo, compreender a política pública, passa a ser um observador e crítico, sem perder o vínculo com a causa. Pode-se crer assim que é possível atrair mais atores que se comprometam com a pauta turismo, desde que a informação seja didática e transparente.

Quanto a avaliar a execução da legislação vigente da Política Municipal de Turismo - PMT, investigar a percepção dos conselheiros sobre a execução da PMT, bem como, se há impactos positivos para o desenvolvimento da cidade, os entrevistados apresentaram boa avaliação do cenário atual, no que se refere ao fato de existir um Plano Municipal de Turismo (PDTur), enquanto norteador da PMT e por se só um avanço no histórico de planejamento municipal. Ainda nesse sentido, observam que há a execução da PMT, utilizando-se do PDTur, porém com limitações identificadas, no contexto da divulgação, preparação da comunidade e da gestão pública, tendo em vista o desafio de atrair, receber turistas e apresentar, de forma clara e evidente, sobre os benefícios que essa atividade econômica pode promover para o desenvolvimento da cidade.

Esses mesmos entrevistados asseveraram para o fato de que a cidade tem potencial turístico, porém ainda demanda ações diversas para consolidar o destino, dentre essas ações a execução de ações do PDTur, com potencial para resultados positivos, bem como a revisão desse mesmo documento atualizando as ações para o cenário atual.

Considerável parcela dos entrevistados tem convicção de que o espaço do COMTUR é o fórum em que a sensibilização, mobilização, discussão, planejamento e indução para execução de ações podem ser orientadas, mas observam a necessidade de que o poder público lidere esse processo, envolvendo a comunidade e iniciativa privada.

De modo geral a percepção dos conselheiros se equilibra em avaliar pontos fortes e fracos do município, sempre apontando avanços, boa atratividade turística, bem como, sempre com a dependência de ações concretas, que envolvam toda a comunidade, independente de política, mas em benefício da política pública de turismo e do desenvolvimento do município, enquanto a máxima de que a cidade deve oferecer boas condições aos munícipes, para então transbordar para a atividade turística.

De modo sutil nas declarações, porém perceptíveis ao pesquisador — no contexto das palavras utilizadas —, para os conselheiros COMTUR a política municipal de turismo não tem gerado resultados claramente efetivos, mas ainda situações com baixo impacto, visto que ainda há insegurança da continuidade das ações, por parte do poder público local.

Fica claro que a transferência das ações propostas no plano, para ações efetivamente realizáveis, eficientes e eficazes, mesmo que em um ambiente bem avaliado, no qual existe segurança legal, um plano (PDTur), o COMTUR, e FUMTUR, ainda há outros fatores como infraestrutura, divulgação, vontade política que se mantém em uma pauta paralela, dependendo de recursos e gestão com foco no desenvolvimento da cidade, passando pela valorização da atividade turística, como fator de desenvolvimento sustentável, com resultados positivos, para a economia, preservação ambiental e bem-estar.

Há um longo caminho a ser trilhado, que necessita da visão e cultura local, com entendimento de que a atividade turística pode ser o viés diferencial da cidade, propulsor do desenvolvimento local, com reflexo regional, sem detrimento de outras atividades econômicas já identificadas como essenciais para o município.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição 1988** : Texto Constitucional de 5 de outubro de 1988 com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nº 1/92 a 23/99 e Emendas Constitucionais de Revisão nº 1 a 6/94. – Ed. Atual. em 1999. – Brasília : Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 1999.

BRASIL. Ministério do Turismo - Secretaria de Políticas de Turismo. **Programa de qualificação à distância para o desenvolvimento do turismo**: Formação de gestores das políticas públicas do turismo / autoria do conteúdo técnico-científico Alexandre Panosso Netto, Francisco José Pereira da Silva, Luiz Gonzaga Godoi Trigo. – Florianópolis : SEAD/FAPEU/UFSC, 2009. 312 p.

BRASIL. Ministério do Turismo. Plano Nacional de Turismo 2007/2010 – Uma viagem de Inclusão. Brasília, MTur, 2007.

BRASIL. Ministério do Turismo. Plano Nacional de Turismo 2018/2021. Disponível em: < <http://www.turismo.gov.br/images/mtur-pnt-web2.pdf>>. Acesso em maio de 2018.

MALMEGRIN, Maria Leonídia. Redes públicas de cooperação local / Maria Leonídia Malmegrin. – 3. ed. rev. atual. – Florianópolis : Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília] : CAPES : UAB, 2014.

NETO, João Estevão Barbosa. **Normas para elaboração de trabalho de conclusão de curso** - Especialização e Gestão Pública Municipal. São João del-Rei, MG: UFSJ, 2017.

PEREIRA, Maurício Fernandes. **Administração estratégica**. – Florianópolis : Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília] : CAPES : UAB, 2011. 168p. : il.

RUA, Maria das Graças. Políticas Públicas/Maria das Graças Rua. – 2. ed. reimp. – Florianópolis : Departamento de Ciências da Administração/UFSC, 2012.

SETE LAGOAS. Decreto Nº 4.475, de 23 de abril de 2012. Dispõe o Plano de Desenvolvimento Turístico de Sete Lagoas - PDTur. Sete Lagoas. 2012.

SETE LAGOAS. Lei Nº 8.420, de 26 de março de 2015. Altera a Lei Nº 7.867, de 10 de março de 2010 que institui o Conselho Municipal de Turismo de Sete Lagoas - COMTUR/SL e dá outras providências. Sete Lagoas. 2015.

SETE LAGOAS. Lei Nº 7963, de 29 de novembro de 2010. Dispõe sobre a Política Municipal de Turismo, Cria o Fundo Municipal de Turismo - FUMTUR e dá outras providências. Sete Lagoas. 2010.

SETE LAGOAS. Prefeitura Municipal de Sete Lagoas. Secretaria Municipal de desenvolvimento Econômico e Turismo. Conselho Municipal de Turismo. **Plano Municipal de Desenvolvimento Turístico: PDTur Sete Lagoas/MG – 2012-2020.** Sete Lagoas, 2011.

SETE LAGOAS. Prefeitura Municipal de Sete Lagoas. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo. Relatório de ações executadas do Plano Municipal de Desenvolvimento Turístico – PDTur 2012/2020. Sete Lagoas, 2017.

ZANELLA, Liane Carly Hermes. **Metodologia de estudo e de pesquisa em administração.** – Florianópolis : Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília] : CAPES : UAB, 2009.

**APENDICE**

**FORMULÁRIO DE ENTREVISTA**

Nome:	Sexo ( ) F ( ) M
Naturalidade:	
Grau de instrução:	
( ) Fundamental incompleto	( ) Fundamental completo
( ) Ensino médio incompleto	( ) Ensino médio completo
( ) Superior incompleto	( ) Superior completo – Área: _____
( ) Especialização	( ) Mestrado ( ) Doutorado
Instituição que representa:	
Período como conselheiro COMTUR:	

1 Já foi ou é conselheiro em conselhos de outras políticas públicas? Se sim, desde quando cumpre esse compromisso como conselheiro de políticas públicas?

2 O que te levou a se candidatar (ser indicado a conselheiro(a)? Quais suas motivações iniciais?

3 Qual seu histórico com o tema turismo e políticas públicas? Por que quis atuar nesse setor?

4 Qual sua opinião sobre o papel dos conselheiros de políticas públicas de Turismo para a cidade?

5 Participou do processo de elaboração do PDTur? ( ) Sim ( ) Não

6 Já havia participado de outros processos de construção de políticas públicas ou planejamento no contexto das mesmas?

7 Como você define a concepção de Sete Lagoas como destino turístico?

8 Na sua opinião quais aspectos positivos e limitantes nesses anos de vigência do PDTur?

9 Na sua opinião, como o senhor(a) avalia a estrutura administrativa pública do turismo na cidade?

10 Como o senhor(a) avalia a efetividade nas políticas públicas municipais de turismo na cidade?

11 Quais avanços nas políticas municipais de turismo ao longo desses anos, desde a elaboração do PDTur?

12 Quais os atuais limites presentes nas políticas municipais de turismo e o que proporia de soluções para os problemas enfrentados?

13 Na sua opinião, quais os desafios a serem superados para maior efetividade dessas políticas? Quem seriam os atores responsáveis para tais mudanças e o que poderiam fazer?

15 Considerando os impactos positivos previstos no PDTur, a partir de sua vigência e execução, qual sua avaliação?

Impactos a partir do PDTur	Ótimo	Bom	Regular	Ruim	Péssimo
Aumento da conscientização turística					
Melhoria da qualidade da mão de obra a partir da capacitação profissional					
Melhoria da gestão turística					
Melhoria da qualidade de vida					
Melhoria da qualidade do turismo					
Valorização e preservação do patrimônio ambiental e histórico					
Aumento de oportunidade de negócios					

\* Para cada afirmação marcar o que melhor descreve a resposta do entrevistado

16 Considerando as variáveis que fundamentam a formação de um produto turístico, avalie no Município

Variáveis	Ótimo	Bom	Regular	Ruim	Péssimo
Acessos ao Município					
Acessos aos atrativos					
Qualidade ambiental dos atrativos					
Infraestrutura nos atrativos					
Serviços de alimentação no município					
Informações					
Hospitalidade					
Atendimento					
Preços					
Limpeza					
Sinalização Turística					
Segurança					
Entretenimento					
Estrutura administrativa pública para gestão do turismo					

\* Para cada afirmação marcar o que melhor descreve a resposta do entrevistado

14 Tem alguma consideração, mensagem ou observação adicional que gostaria de deixar? Para concluir, o que gostaria de dizer?